

RIO
exclusivo

Tribuna Operária

ANO IV Nº 136 DE 19 A 26 DE SETEMBRO DE 1983

Cr\$ 100,00

Favelados do Vintém: “Porque saqueamos os supermercados”

Nossa reportagem localizou e entrevistou, com exclusividade, os iniciadores da onda de saques que sacudiu o Rio de Janeiro. Favelados da Vila do Vintém, ganhando sa-

lários de fome ou desempregados, eles invadiram supermercados para pegar o que comer. A idéia surgiu quando um deles chegou em casa com a refeição dos filhos: um pão. Pág. 8

Saques em Sergipe na luta feroz contra a fome

Flagelados falam à Tribuna Operária sobre o drama da seca. Leia na pág. 8

EDITORIAL

Que saia Figueiredo

Sentindo-se acuado num beco sem saída, o general Figueiredo tenta mais uma manobra para prolongar o seu governo e salvar o regime militar: Aciona a sua máquina oficial de propaganda, apregoando que vai consultar toda a sociedade — inclusive a oposição! — sobre a sucessão presidencial afim de indicar um nome de consenso nacional.

Se fosse honesto, em primeiro lugar o presidente deveria reconhecer que lhe falta a mínima credibilidade para tal tarefa. Até mesmo entre as hostes pedessistas o general se desmoralizou. E mais do que isto, a democracia é a consulta ao povo, em eleições diretas, limpas, sem fraudes e sem casuís-mos e não este cambalacho que se pretende realizar, onde na verdade só têm direito a opinar os apaniguados do regime e certos opositoristas de boca, que traem o povo por qualquer migalha da mesa dos poderosos. E assim mesmo olhe lá — porque esta tal “consulta” só foi pensada quando o governo perdeu o controle das disputas dentro da própria panelinha que até agora vem sustentando o poder.

Além disto, se de fato ouvisse o povo, o general veria que a situação chegou a tal gravidade, que “soluções” para 1985 já se tornaram insatisfatórias. Os brasileiros nas ruas, nas fábricas, nos trens e ônibus superlotados reclamam medidas de emergência. Chega de roubo como as da Del-fin, da Capemi, da Coroa-Brastel, todas praticadas por gente íntima do Planalto. Basta de dívidas e mais dívidas acumuladas com gastos que só servem ao capital estrangeiro. Fim imediato da traição nacional e dos pacotes tipo 2.024, 2.045 e outros negócios comandados pelo FMI. Nas cidades e no campo o que se houve é que não dá mais para tolerar este governo agonizante que, nos seus estertores, joga milhões no desemprego, massacra os salários, arrasa a economia nacional.

Por mais surdo que seja, nin-

guém pode deixar de ouvir o clamor dos nordestinos famintos invadindo cidades e armazéns, desde o Piauí até o norte da Bahia. E dos igualmente famintos favelados que, em desespero, saqueiam os supermercados no Rio de Janeiro. Só mesmo quem não quer não escuta a revolta dos trabalhadores demitidos aos milhares dia a dia por todo lado, dos estudantes que não têm como pagar as mensalidades exorbitantes, dos enfermos que não são atendidos pela Previdência Social, dos moradores das periferias, cada dia sendo enxotados para mais longe pelos alugueis absurdos e sofrendo durante horas dentro de conduções caras e péssimas. A não ser os generais no poder, não há quem não ouça o brado das mães de família que não podem mais comprar um pão e leite para seus filhos.

Todas estas vozes gritam em uníssono que saia Figueiredo e o regime militar. Aí existe de fato consenso. A este sentimento unânime soma-se o fato de que Figueiredo já não tem condições de governar. Sua base de sustentação política está em plena decomposição, fragmentada pelas disputas de grupos, desmoralizada pelos escândalos da corrupção. O governo, na prática, transformou-se em desgoverno. Desta forma, para a imensa maioria dos brasileiros, a solução imediata é substituí-lo por um governo provisório, que represente os democratas, os patriotas sinceros, e o movimento popular. Só assim se criam as condições para que, num clima de liberdade, o povo seja chamado a opinar sobre os destinos do país através de representantes legitimamente eleitos, numa Assembléia Nacional Constituinte.

Se os generais não ouvem o povo, as massas populares unidas têm condições de se manifestar de forma enérgica e fazer valer sua vontade. E abrir uma nova etapa, de progresso, de liberdade e de esperança para o país.



A polícia enfrenta os favelados: em poucos dias, houve mais de 30 saques e 50 tentativas de invasão de supermercados e padarias

O roubo dos salários no truque dos índices

Os operários perdem. As multinacionais ganham. Pág. 4

**Correspondente
em Israel fala
do massacre de
Sabra e
Chatila**

Jornalista do “Le Monde”
comenta sobre o crime

**Estudantes
depredam
ônibus em
Goiânia**

Universitários contra o
aumento da tarifa. Pág. 4

Trabalhadores organizam atos contra o 2.045

Na quarta-feira mais de 150 lideranças paulistas reuniram-se na Câmara Municipal e decidiram indicar 30 de setembro como um dia unitário de luta pela rejeição do decreto-lei 2.045. Estiveram presentes representantes dos quatro partidos de oposição, de vários e importantes Sindicatos, do Conselho Estadual das SABS,

da OAB, UNE e UBES. Os grandes ausentes foram os membros da central sindical petista, que parecem não se empenhar na organização de uma manifestação pública massiva contra o arrocho salarial. Gaúchos, cariocas e mineiros também preparam atos unitários no dia 30.

Página 5.

Grupo terrorista atua na polícia paraibana

Prisioneiros são assassinados, a oposição é ameaçada. Página 4



Chiquinha Gonzaga revive no teatro

Uma justa homenagem à compositora e feminista no Teatro do Sesi. Pág. 7



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Ecoss do terror sionista em Sabra e Chatila

O dia 18 de setembro marca o primeiro aniversário do monstruoso massacre cometido nos campos palestinos de Sabra e Chatila em Beirute Ocidental. Por esta ocasião chegou ao Brasil o jornalista israelense Amnon Kapeliouk, membro da redação da revista "New Outlook" de Tel Aviv e correspondente do jornal francês "Le Monde" em Israel.

Amnon veio lançar em diversas capitais brasileiras seu livro "O Massacre de Sabra e Chatila", onde fornece provas irrefutáveis do envolvimento profundo e direto do governo Beguin no horrível banho de sangue. A **Tribuna Operária** conversou longamente com o autor sobre o episódio do massacre e a atual situação de Israel e do Oriente Médio. Publicamos a seguir os principais pontos da nossa conversa:

T.O. — Qual o impacto que o massacre de Sabra e Chatila teve em Israel?

Amnon — Esse massacre é parte integrante, certamente a parte mais revoltante, da guerra do Líbano, e não um acontecimento isolado. O fracasso de Israel na guerra como um todo abalou profundamente o governo de Tel Aviv. Provou que é impossível resolver o conflito entre o Estado de Israel e o povo palestino pela via do militarismo genocida. A própria renúncia de Beguin é consequência direta desta derrota política, onde o massacre teve um papel chave para o seu isolamento interno e externo.

T.O. — Itzhak Shamir, indicado para substituir Beguin, também foi responsável pelo massacre?

Amnon — Com certeza. Shamir, junto com Beguin e Sharon, formou a "troika" que decidiu, sem consultar o resto do governo, que as tropas de Israel deveriam invadir Beirute Ocidental abrindo caminho para o massacre. Quando este estava ainda no seu início Shamir recebeu notícias da matança.

ca. Ele poderia ter parado imediatamente o massacre.

T.O. — O que você diz sobre a Comissão Kahane, convocada pelo governo de Israel para investigar o incidente e apontar responsáveis?

Amnon — Em primeiro lugar tem de ficar claro que a nomeação da Comissão foi fruto da gigantesca pressão da opinião pública israelense. Beguin não queria de maneira alguma que se investigasse a participação do governo no massacre. Procurou chamar personalidades ligadas ao "sistema". Apesar disso, o relatório da Comissão contribuiu positivamente para esclarecer certos aspectos da culpabilidade e da responsabilidade de vários chefes militares e civis israelenses nos acontecimentos.

Houve, propositadamente, graves lacunas no trabalho da Comissão. Os três encarregados do inquérito trataram de moderar o seu resultado para evitar uma convulsão social e política maior em Israel. Isto permitiu a Beguin evitar e retardar a queda do seu governo. A única mudança efetuada como resultado direto do trabalho da Comissão foi a nomeação do notório "falcão" Moshe Arus para substituir o general Sharon no Ministério de

Aldo fala sobre massacre

O deputado Aldo Arantes, do bloco popular do PMDB goiano, relembrou em pronunciamento na Câmara dos Deputados, o massacre de Sabra e Chatila, hipotecando irrestrita solidariedade aos povos palestino e libanês. A seguir, trechos de seu pronunciamento:

"Há exatamente um ano, na semana de 14 a 18 de setembro de 1982, o mundo assistia horrorizado ao massacre de aproximadamente 3.500 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, trucidadas pelas falanges cristãs libanesas, com o apoio e a cumplicidade criminosa do exército de Israel, nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila.

"A política beligerante e terrorista do governo de Israel, comandada diretamente pelo primeiro-ministro Menachem Beguin, que recentemente renunciou ao seu posto, já provocou o assassinato de mais de 50 mil pessoas, a destruição de 3 cidades, 4 acampamentos de refugiados totalmente arrasados, 34 aldeias aniquiladas e mais de 10 mil prisioneiros.

"Nessa guerra contra o povo palestino, aprofundada no ano passado com a invasão de Beirute, bombardeada impiedosamente pelas forças israelenses, foram usadas bombas de fragmentação e fósforo, proibidas internacionalmente, arremçadas indiscriminadamente contra hospitais, escolas e residências, trazendo um saldo de mais de 90% de vítimas civis.

"Ao lembrarmos o massacre de Sabra e Chatila, queremos reiterar nosso veemente repúdio pela política terrorista de Israel no Oriente Médio, que está provocando um verdadeiro genocídio no Líbano, com o apoio e o incentivo dos Estados Unidos. Reiteramos também nossa irrestrita solidariedade ao povo palestino e à Organização para Libertação da Palestina (OLP), como legítima representante de seu povo. O governo brasileiro deve atender aos apelos crescentes da comunidade palestina de nosso país e às manifestações que se sucedem em todo o mundo e reconhecer definitivamente a OLP como a única e legítima representante do povo palestino.

Defesa, enquanto este ficou ministro sem pasta.

Assim, entre as 221 pessoas que testemunharam perante a Comissão, não havia nenhum palestino ou libanês. A Comissão também se negou a aceitar o fato óbvio de que o posto de comando do exército israelense, localizado no terraço de um edifício de sete andares a poucos metros dos acampamentos, podia ver claramente a matança que lá ocorria.

T.O. — O que você diz sobre o envolvimento direto das tropas da força de paz nos confrontos em Beirute?

Amnon — A tal força de "paz" vai revelando que na verdade trata-se de uma força de guerra e ocupação. O governo norte-americano queria e quer é que as tropas de Israel façam o seu jogo sujo no Líbano. Por isso não queriam que os soldados israelenses recuassem para o Sul. Mas Israel teve que recuar devido à crescente oposição interna à sua presença no Líbano. Agora os soldados norte-americanos, junto com os ingleses e franceses, são forçados a atacar diretamente as forças patrióticas libanesas.

Forças de paz ou tropas de ocupação?

Os Estados Unidos tomam a cada dia atitudes mais agressivas para o controle do Líbano. Já estão com 14 vasos de guerra ancorados em frente a Beirute, sob o comando do porta-aviões Eisenhower — armado com 80 aviões de combate — e com 1.200 "marines" em território libanês, além de outros 4.600 a bordo dos navios, prontos para entrar em ação.

Todo este poder bélico está no Líbano como parte da força internacional, junto com tropas da França e de outros países, a pretensão de manter a paz. Na prática é uma tropa de ocupação, para substituir o exército de Israel, forçado a retirar-se.

Várias correntes políticas libanesas, principalmente os muçulmanos drusos, liderados por Walid Jumblat, não aceitam o presidente Amin Gemayel, imposto pelos sionistas durante a ocupação de Beirute, e tratam de ocupar espaço e conquistar posições abandonadas pelas tropas israelenses.

As tropas ianques estão envolvidas diretamente no conflito, ao lado dos falangistas de Gemayel. Já na semana passada uma fragata americana disparou contra as posições dos drusos. Agora, Ronald Reagan autorizou suas tropas a empregar todo o poder de fogo disponível. Isto significa mais um passo do imperialismo na sua escalada agressiva, usando a linguagem militar para ampliar a sua influência no mundo.



A repressão violenta isola ainda mais o governo militar de Pinochet

O povo luta nas ruas do Chile

A quinta Jornada Nacional de Protesto do povo chileno, realizada na ocasião do 10º aniversário do golpe fascista do general Augusto Pinochet, transformou-se numa autêntica batalha campal que durou mais de seis dias. O regime militar organizou grupos paramilitares para atacar a população junto com a repressão oficial.

Até o momento o saldo trágico da violência oficial nesta Jornada chega a 22 mortos e mais de 300 baleados, elevando a 57 o total de mortos nas cinco jornadas de protesto. Já na véspera da jornada, dia 7, o ministro do Interior, Sérgio Jarpá, conclamou os partidários do governo a "usar armas para defender-se, se necessário". Grupos paramilitares de "defesa", semelhantes aos comitês formados em 1973 contra o governo Allende, foram vistos juntos com a polícia e o exército.

Na madrugada da jornada cinco pessoas foram mortas, supostamente por pertencer ao grupo de oposição MIR. Mas isto não impediu a adesão massiva ao protesto. Dezenas de milhares de panfletos foram distribuídos na capital, com os dizeres — "Já perdemos tudo. Agora perca o medo". Por toda a parte ocorreram comícios relâmpagos, exigindo democracia.

A repressão pôs Santiago em pé de guerra. Cassetetes, bombas de gás e metralhadoras foram usados para dispersar grupos de manifestantes. A população reagiu com pedras e barricadas. Depois as manifestações e confrontos prosseguiram fundamentalmente nos bairros residenciais. Sequer os bairros de classe média foram poupados pela violência policial.

BARRICADAS OPERÁRIAS

Mas o eentro dos protestos e confrontos continuou sendo os bairros operários, onde as lutas continuaram até a madrugada de 14 de setembro, e os milicos cometeram seus crimes mais bárbaros e covardes. As mobilizações também tiveram características mais avançadas que as anteriores. A população concentrou os seus esforços em organizar sua defesa para impedir a entrada da polícia. No bairro de "La Victoria", onde o índice de desemprego chega a 60%, foram criadas comissões responsáveis por erguer barricadas com blocos de paralelepípedos, treinadas mulheres para primeiros socorros, preparadas atiradeiras e "coquetéis Molotov".

O saldo político da jornada foi um ainda mais brutal isolamento do regime de Pinochet que, mais do que nunca, está com seus dias contados.

(Luís Fernandes)

Ataques aéreos contra a Nicarágua Sandinista

A Nicarágua vem sendo vítima, nas últimas semanas, de ataques ao seu território de aviões da organização anti-sandinista Aliança Revolucionária Democrática — ARDE —, liderada pelo traidor Eden Pastora, que ataca o sul do país, a partir da Costa Rica, enquanto aviões de treinamento T-38, vindos de Honduras, atacam as regiões ao norte. Ao que tudo indica, a estratégia visa danificar as instalações da Força Aérea Nicaraguense e a Central de Comunicações em Manágua, além de destruir os depósitos de combustíveis localizados em Puerto Corinto.

Apesar do governo costarriquenho afirmar não ter dado apoio aos ataques procedentes da fronteira sul nicaraguense, foi encontrado em poder do piloto, Agustín Roman, responsável pelo avião abatido no dia 8 pelas baterias anti-aéreas sandinistas, permissão de voo do pequeno aeroporto Tobias Bolanos, situado perto da capital da Costa Rica.

O ministro da Defesa nicaraguense informou que 115 contra-revolucionários morreram em diferentes combates com o exército sandinista, recuperando para o governo de Manágua o povoado de Halover e as proximidades da cidade de Bluefieldes que estavam nas mãos dos rebeldes. No entanto, segundo o vice-ministro da Nicarágua, comandante Luiz Carrion Cruz, 1.200 anti-sandinistas vindos de Honduras e Costa Rica entraram em território nicaraguense com o objetivo de desencadear uma guerra de guerrilhas que inclui sabotagem a centros estratégicos do país. O governo nicaraguense responsabilizou todos estes atentados ao governo de Reagan, que voltou a declarar que não aceita a estabilidade e a legitimidade do governo de Manágua. E que o seu governo está empenhado em fustigá-lo, como um lembrete, para ele e outros, do preço que terão de pagar por se oporem à política ianque.

(D. Pereira)



Crianças, velhos, doentes. A matança indiscriminada dos refugiados palestinos.

Albânia Socialista apóia a luta do povo palestino

No início deste mês realizou-se na Suíça uma Conferência Internacional da ONU sobre o problema da Palestina. Esteve presente Maxhum Petra representando a República Socialista da Albânia. A seguir publicamos os principais trechos do seu discurso:

"O povo mártir palestino continua a viver sem pátria, depois de viver e lutar em circunstâncias extremamente difíceis, sem terra e sem lar, por mais de três décadas. A máquina de guerra israelense, atrás da qual está a mão do imperialismo americano, tem praticado continuamente massacres bárbaros contra o povo palestino que assumem a forma de genocídio aberto. Nos territórios ocupados, na margem ocidental e na faixa de Gaza, nas colinas de Golan, a população palestina e a população árabe têm sido submetidas a um terror feroz semelhante ao terror nazista.

"Os crimes monstruosos perpetrados pelos sionistas contra o povo da Palestina e em geral toda a política aventureira de Israel no Oriente Médio têm encontrado livre acesso, sobretudo graças à ajuda e ao apoio militar, econômico e político do imperialismo norte-americano. Os imperialistas americanos e seu instrumento, Israel, pensam que depois dos acontecimentos do Lí-

bano as condições estão criadas para desfechar um golpe destruidor à luta de libertação do povo palestino. Neste contexto se insere também o tristemente famoso acordo de 'paz' no Líbano que, assim como o de Camp David, é mais um elo na cadeia de complôs sionistas-imperialistas em detrimento da justa causa dos povos árabes e em particular do povo palestino. Tel Aviv e Washington têm necessidade de fraquejar o povo palestino, de consagrar a ocupação do Líbano por Israel, de incrementar a presença militar americana que ameaça a liberdade dos povos da região e que aumenta o perigo de guerra.

"A atitude dos social-imperialistas soviéticos em relação ao problema palestino não difere, na sua essência, da dos imperialistas americanos. Eles têm suas próprias pretensões e interesses militares no Oriente Médio. Por isso fazem todos os esforços para reforçar suas posições. Sob uma grande capa demagógica em que se apresentam como "anti-imperialistas" e "aliados" do povo palestino e dos outros povos árabes, os sociais-imperialistas soviéticos urdem complô às costas destes povos. Basta ver seu comportamento durante a agressão fascista ao Líbano, quando tentaram transformar em objeto de comércio a sua diplomacia secreta em Washington.

"Nos últimos tempos tem ficado em evidência que as superpotências imperialistas, os sionistas israelenses e a reação vêm intensificando suas intrigas e seus complôs contra o povo palestino. Eles visam em particular destruir a unidade dos povos árabes, que constitui uma arma poderosa de luta. Os perigos que ameaçam o povo palestino são grandes. Mas este saberá prosseguir na sua luta. E nesta luta jamais estará só. Terá sempre ao seu lado seus irmãos árabes e todos os povos amantes da paz e da liberdade no mundo".



Peka: "Os palestinos não estão sós"

Assine a Tribuna Operária



Assino a Tribuna Operária e apoio este jornal porque, além de divulgar as lutas populares, ele tem uma proposta voltada para os interesses da classe operária e de combate claro à política internacionalizante do atual regime. É ponto de honra para todos os democratas o apoio incondicional à Tribuna Operária, como também a todas as lutas por um Brasil democrático e livre.

(Mirthes Bevilacqua, vice-presidente da CPB e deputada federal pelo PMDB do Espírito Santo)

Desejo receber em casa a Tribuna Operária.

() Anual de apoio (52 edições) Cr\$ 10.000,00
() Anual Comum (52 edições) Cr\$ 5.000,00
() Semestral de apoio (26 edições) Cr\$ 5.000,00
() Semestral comum (26 edições) Cr\$ 2.500,00
() Exterior, anual 70 dólares

Envio cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda, Rua Aconitan Barbosa, 53 (antiga Travessa Brig. Luiz Antônio) Bela Vista - São Paulo, SP, CEP 01318

NOME:
Endereço:
Cidade: Estado: CP:
Profissão: Data:

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

PMDB: a disputa pelo programa na televisão

Num clima de grande tensão, o PMDB gravou na quarta-feira o programa político que irá ao ar no próximo dia 23 em rede nacional de rádio e televisão. Os setores mais combativos do partido criticaram e exigiram mudanças nos critérios adotados pela direção do PMDB na escolha dos oradores, onde se privilegiava a corrente conciliadora e moderada.



Chico Pinto (a esq.): alvo central do setor moderado do PMDB

A montagem do programa trouxe à tona as profundas divergências políticas que marcam o comportamento do maior partido de oposição, dividido entre aqueles que defendem uma postura nitidamente oposicionista de combate ao regime e os que insistem em levar o PMDB para o leito obscuro, duvidoso e equivocado da conciliação com o governo militar.

Durante toda a semana uma parcela ponderável da bancada parlamentar do partido manifestou o seu descontentamento com a predominância do setor moderado, conciliador, na lista de ora-

dores do programa. Gerou veementes protestos a exclusão na lista dos deputados Francisco Pinto e Miguel Arraes, respectivamente secretário-geral e segundo vice-presidente da Executiva Nacional, sob o argumento da ala moderada de que são "excessivamente radicais". Foi combatida também a escolha de Arnaldo Gonçalves — "fura greve" — e de João Paulo Pires Vasconcelos, que além de ser ligado à Anampos, nem é filiado ao PMDB.

Todos estes problemas refletem a forma autoritária que tem norteado as decisões da cúpula peemedebista. Comenta-se que as linhas gerais do programa foram definidas previamente pela ala paulista do PMDB, cada vez mais comprometida com as teses conciliadoras e com a postura moderada, numa clara tentativa de isolar o setor mais combativo do partido.

TOM OPOSICIONISTA

Apesar de todos estes problemas, a gravação do programa significou uma vitória contra a conciliação. A presença de um grande número de militantes, lotando o auditório Petrônio Portela, fez com que o programa acabasse tendo um tom marcadamente oposicionista. Os ativistas gritaram palavras-de-ordem combativas e exigiram a presença dos deputados Chico Pinto, Miguel Arraes e Aurélio Peres, único deputado operário do PMDB e que também fora excluído da lista inicial de oradores. Aurélio foi incluído entre os oradores oficiais e, se Chico Pinto e Arraes estivessem presentes, também deveriam falar devido a pressão popular.

O programa que vai ao ar reafirma teses oposicionistas e combativas. Não apareceu qualquer defesa da conciliação, do consenso ou do entendimento com o regime militar. Bandeiras como a luta contra o 2.045, a defesa das eleições diretas, da Constituinte, do rompimento com o FMI, da legalização da UNE, entre outras, ocuparam o espaço e irão ao ar no dia 23. (da sucursal)

Estão "escolhambando" o plano de Figueiredo

"Já estão me escolhambando", grunhiu quarta-feira o general Figueiredo. Falava dos próprios "presidenciais" do PDS, que tomaram o freio nos dentes, engalfinham-se e precipitam a crise política. O poder joga ainda a carta do "entendimento" com a oposição moderada. Mas já há quem indague até se o governo atual tem gás para chegar até março de 1985.



Sarney, em busca de um "pacto" e Figueiredo, mal humorado com a sucessão

Dos três "presidenciais" no páreo, o deputado Paulo Salim Maluf insiste na sua candidatura "rebelde". Na semana passada, em Belém, reafirmou: "Se a Convenção (do PDS) existir um candidato, este será Paulo Maluf; se existirem dois, um deles será Paulo Maluf; e se existirem três, o primeiro será Paulo Maluf".

Já o vice-presidente Aureliano Chaves, que antes proclamava-se fiel soldado de Figueiredo, passou a dizer que pode concorrer à indicação na Convenção pedessista, mesmo que não seja o nome ungido pelo general. Segunda-feira, após uma misteriosa conversa entre os dois, anunciou-se que Aureliano estava "liberado" para fazer à vontade sua campanha.

O único a dizer-se obediente a Figueiredo, mas apenas por contar com suas boas graças, é o ministro Mário Andreazza. "Nós abrimos mão disso — proclamou — abrimos mão de tudo, de acordo com a decisão do presidente". Em compensação, Andreazza não engole o plano de Figueiredo de realizar "consultas" fora do PDS, junto aos governadores e aos dirigentes dos partidos oposicionistas, por considerar que estas favoreceriam Aureliano. Para o ministro do Interior, a discussão "deve-se dar dentro do partido, sem consulta externa".

QUE "CONSULTA" É ESSA?

A "consulta" figueirediana, apresentada como novidade sem precedente desde o golpe de 1964, já começou, pelos governadores do PDS, e promete chegar à oposição. Sentindo-se impotentes para impor sozinho um nome de continuidade do regime atual, os donos do poder apelam para as áreas mais dispostas à conciliação dentro do campo oposicionista. E encontram certo eco em algumas áreas vacilantes. O governador Tancredo Neves garante que, se convocado, irá falar com o general. No Rio, Leonel Brizola diz que "ao abrir o leque de consultas sobre a sucessão, o presidente deixa de representar apenas o PDS para assumir uma posição de magistrado, transformando-se no presidente de todo o "povo".

A MISSÃO SARNEY

Sintonizado com a "consulta" de Figueiredo, o senador José Sarney, presidente nacional do PDS, inicia por conta própria conversações almejando chegar a um "pacto de transição" com as cúpulas moderadas dos partidos oposicionistas. E também já obteve algum resultado, pois o senador Nelson Carneiro (PTB) saudou a idéia, e o senador Saturnino Braga (PDT) propôs logo os pontos para o "pacto", afirmando que se houver entendimento sobre eles "subiremos a rampa do Palácio para formalizar a trégua sob a liderança de Figueiredo".

Porém a missão Sarney esbarra em obstáculos de outro tipo, desde a fragmentação do PDS, onde, a rigor, ele preside apenas uma ala, até a absoluta e várias vezes comprovada falta de poder decisório do partido governista para firmar qualquer acordo que seja levado à prática.

CONTRA A MARÉ

Tanto a "consulta" de Figueiredo como o "pacto" de Sarney refletem dificuldades crescentes e mesmo um certo desespero do regime militar. Além e acima do problema de quem será o presidente do Brasil em 1985, está em jogo como chegar até esta data, no ritmo que a crise vai adquirindo. Na economia e na política, numerosos sinais indicam que o governo Figueiredo já deu o que tinha que dar, embora pela lei tenha ainda 18 longos meses de gestão pela frente. O país resistirá a eles?

Distintamente de iniciativas anteriores, como a "missão Portella" de 1978, as presentes tentativas de conciliação acontecem numa hora de catástrofe econômica, virtual hipoteca da soberania nacional ao FMI, desagregação muito mais rápida das bases políticas do gover-

O povo e os conciliadores

Se dependesse da boa vontade dos oposicionistas dispostos a fazer média, o governo federal estaria são e salvo, seguro e tranquilo. Nos últimos dias nota-se mesmo um recrudescimento no esforço dos moderados e em favor de um entendimento com o general Figueiredo. Em certos governadores de Estado eleitos pelo voto oposicionista, então, há um verdadeiro afã de, como diz a gíria dos políticos, "subir a rampa do Planalto".

Há nessa atitude uma parte de medo dos generais, mas também muito medo do povo. Teme-se que, com a fome assediando tantos milhões de famílias trabalhadoras, qualquer posicionamento mais enérgico contra o governo central desemboque num movimento de massas incontável, em mudanças políticas profundas e até numa revolução social.

Não seria de esperar outra coisa, dado o caráter de classe dessa área da oposição. Da parte dos setores populares, a postura diante delas continua a ser: aliança, sempre que for para dar combate ao regime da fome; e luta, sempre que se quiser conciliar com ele.

Frases dos oradores

Ulysses Guimarães: O PMDB diz não às eleições indiretas por um colégio eleitoral espúrio onde um grupelho pretende usurpar a democracia. Sim às eleições diretas já. Não ao enxovalamento da soberania nacional com a rendição ao FMI. Precisamos fazer com que Brasília seja a capital do Brasil e não Basileia, na Suíça. O povo come pão e não usinas nucleares e transamazônicas.



Flávio: "por um novo governo"

Teotônio Vilela: Nossa linha é para interceptar a linha suicida dirigida pelo governo brasileiro e por outros governos a ele associados. Se não ganharmos a luta pelo verbo, ganharemos por outros caminhos. A independência do Brasil será preservada a todo custo e então poderemos cantar de novo "Ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil".

Aurélio Peres: Se o Congresso Nacional não revogar o garrote do 2.045, a classe

operária irá à luta para derrotar na prática os seus efeitos.

Freitas Nobre: O 2.045 é um golpe mortal contra os trabalhadores. O governo alega que é uma questão de segurança nacional. Segurança nacional é a fome que campeia no Brasil.

Flávio Patrício: Os estudantes lutam por um novo governo, que seja comprometido com uma universidade autônoma, gratuita, democrática e voltada para os interesses populares.

Carta do PMDB gaúcho repudia a conciliação

O PMDB gaúcho realizou nos dias 9, 10 e 11 de setembro um seminário sobre "A Crise e as Eleições Diretas", com a participação, entre outros de Teotônio Vilela, Miguel Arraes e dos senadores Pedro Simon e Severo Gomes. No final foi aprovada uma carta que afirma: "Nós não conciliaremos com o regime! Queremos um governo que se concilie com a nação".



Teotônio: "vamos até às armas na defesa do país"

O seminário, promovido pela Fundação Pedrosa Horta, foi coordenado pelo ex-deputado Odacir Klein e contou com a participação de lideranças do PMDB de todo Estado do Rio Grande do Sul. A sua abertura foi o momento de maior público. Mais de mil pessoas ouviram as opiniões do ex-senador Teotônio Vilela. Disse ele: "Vamos nos organizar e mobilizar, pois nesta hora temos que ser radicais nas nossas posições em defesa da pátria. O PMDB precisa voltar à luta, o povo precisa agir rápido e energeticamente contra esta política".

Para Teotônio "estamos hoje às vésperas de um colapso total no país". Sobre os recentes acordos do governo com o FMI, o vice-presidente do PMDB declarou que "não seremos mais colonos sob hipótese alguma. Vamos até às armas se necessário na defesa do país contra o entreguismo". Ao final de seu pronunciamento, exortou todos à luta: "Vamos

continuar o combate ao governo, denunciando que o responsável por toda esta situação é o presidente da República, o general João Batista Figueiredo". Já o senador Pedro Simon afirmou que "o governo chegou ao fundo do poço, perdendo o respeito de todos os segmentos da sociedade".

CARTA DOS GAÚCHOS

A "Carta de Porto Alegre", aprovada no final do seminário, afirma: "O governo brasileiro perdeu a credibilidade; desativou a economia a pretexto de reanimá-la; desempregou trabalhadores a pretexto de manter o nível dos salários e rebaixou os salários a pretexto de manter os níveis de emprego. O resultado final se expressa na destruição de nosso parque industrial, no acelerado crescimento do desemprego e no aniquilamento do poder aquisitivo da população. Acentua-se a dependência do país

a capital e aos interesses externos".

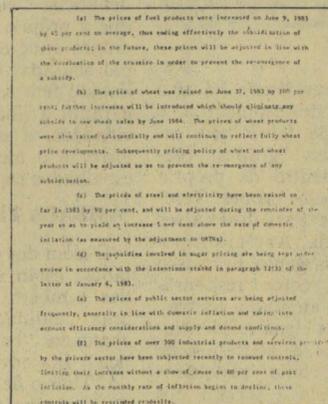
Mais adiante o documento é taxativo: "O PMDB exige uma postura soberana diante da agiotagem internacional que determinou o agravamento de uma dívida ilegítimamente estipulada, sem compromisso nem consulta aos interesses da Nação". E conclui: "O PMDB, herdeiro de luta do MDB, nasceu com o compromisso básico de luta pelo fim deste regime. O PMDB conclama a sociedade brasileira a uma ampla e enérgica mobilização nacional para: impor ao Congresso a rejeição dos decretos-leis 2.024 e 2.045; a denúncia dos contratos com o FMI e a declaração unilateral da moratória; eleições diretas para a presidente da República e pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte". (da sucursal)

Mais arrocho e desemprego no novo acordo com o FMI

O governo Figueiredo se prepara para assinar mais uma Carta de Intenções com o FMI. É o terceiro capítulo da novela trágica: "O Brasil vai ao Fundo". O governo pede perdão por não ter cumprido as metas anteriores e faz promessas impossíveis. O plano é acabar com as estatais, aumentar o desemprego e o arrocho. É um documento humilhante.

Circulou pelas redações dos jornais uma cópia da nova Carta de Intenções, sem assinatura ainda, e que pode ser modificada por novas imposições dos banqueiros internacionais.

Nela o governo pede perdão ao FMI: revela que fez tudo que pôde para cumprir as metas anteriores. No item 7, por exemplo, o documento afirma: "a) os preços dos combustíveis foram aumentados em 45% no dia 9 de junho, terminando com os subsídios... b) os preços do trigo foram aumentados em 100% no dia 27 de junho; mais aumentos serão introduzidos para eliminar os subsídios... c) os preços do aço e da eletricidade foram aumentados, até agora em 1983, em 90% e serão reajustados até o fim do ano para ficarem 5% acima da inflação... d) os preços dos serviços prestados ao público estão sendo reajustados com frequência...". Nota-se a revoltante tentativa do governo de convencer o FMI do



Fac-símile da carta ao FMI

seu servilismo. O texto diz que a política foi bem sucedida com a balança do comércio exterior, que deverá ter em 1983 um superávit de 6 bilhões de dólares. Mas admite que não conseguiu controlar a inflação e a despesa pública.

MORTE ÀS ESTATAIS

Na carta, o governo promete novas concessões ao FMI. Aplicará uma política ainda mais dura e necessária para que a inflação, que hoje está na média mensal de 10%, caia para 2,5% em dezembro de 1984. Com a desculpa de que a inflação é causada pelo déficit público, os banqueiros exigem e o governo concede medidas fortes que visam aumentar a receita e cortar violen-

te e ascenso bem mais pronunciado das lutas operárias e populares. E se a "missão Portella" fracassou, a oposição conseqüente tem todas as condições de derrotar as manobras atuais.

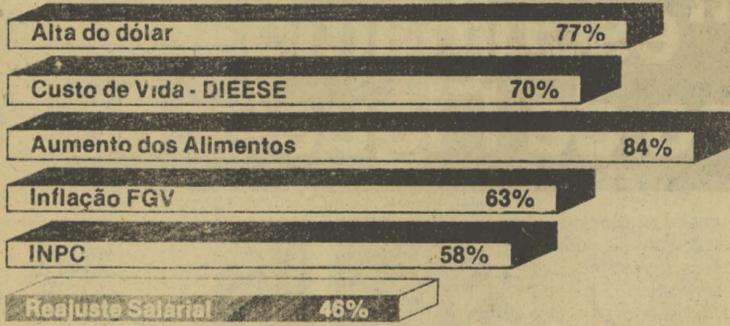
tamente a despesa pública. Para a receita o método é o de sempre, aumentar os impostos. Mas é no corte das despesas públicas que a Carta mais se concentra. E aí o seu alvo principal são as estatais. As estatais sofrerão cortes nos seus financiamentos e importações — serão forçadas a demitir em massa.

Esta política de destruição das estatais, e por tabela do parque industrial brasileiro, é escondida pelo nome de redução do déficit público. Pelas metas da Carta esse déficit deverá passar de 10 trilhões atuais para zero, o que significaria arrasar nossa economia.

DEPRESSÃO E MISÉRIA

As metas dos acordos anteriores não foram cumpridas. E agora, como estão as condições para o novo acordo? Nunca em toda a nossa história tivemos uma crise tão profunda. Os desmandos do governo, aplicando a política do FMI, levaram a economia para um estado de depressão. No primeiro semestre a indústria de bens de capital, mola mestra da economia, teve uma queda de 20% na sua produção. A miséria e a fome brasileira viraram manchete dos jornais europeus. O servilismo com que o governo militar presta conta do que anda fazendo com nossa economia, na Carta de Intenções, denota que é mais do que uma formalidade estilística a frase final que antecede a assinatura do documento: "sinceramente seus"...

Índices dos últimos 6 meses



A inflação e a queda do salário

A crise brasileira também atingiu os índices que medem a inflação. Os índices oficiais da FGV e do IBGE são fraudados, expurgados. Abaixo apresentamos formas de medir a inflação dos últimos seis meses. De um lado a desvalorização do cruzeiro, beneficiando os especuladores e trustes estrangeiros. De outro o pobre trabalhador com seu salário massacrado pelo 2.045.

ALTA DO DÓLAR — 77% — A desvalorização brutal do cruzeiro beneficia o capital estrangeiro. Fica mais barato comprar mercadorias e mão de obra, para os trustes. Também beneficia os exportadores e os que especulam com títulos do governo, as ORNT's com correção pelo dólar. Na verdade existem duas moedas no Brasil: o dólar para os ricos e o cruzeiro para os pobres. A desvalorização do cruzeiro é hoje a principal forma de medir a inflação no Brasil.

CUSTO DE VIDA — 70% — Calculado pelo Dieese, numa pesquisa que mostra a perda de poder aquisitivo das famílias dos assalariados. Calculado pelos Sindicatos de trabalhadores, é o único índice que apesar de dificuldades financeiras e técnicas não é controlado pelo Delfim Netto.

AUMENTO DOS ALIMENTOS — 84% — Foi tirado dos cálculos do custo de vida do Dieese e demonstra a barbaridade cometida contra os trabalhadores. Principalmente para os desempregados e para os que ganham menos de 5 salários mínimos, camadas que têm na alimentação a maior parcela de seus gastos. O aumento dos alimentos nos últimos seis meses é fruto direto da política do FMI e até mesmo ultrapassa a alta do dólar.

INFLAÇÃO FGV — 63% — Esse índice é calculado há quase trinta anos. A fundação Getúlio Vargas é controlada pela turma do Simonsen e Bulhões. Decidiu-se partir para o expurgo dos índices e houve até ameaças de interrupção na publicação dos dados. Em agosto, por exemplo, foram

apresentados dois índices: um de 10,1% e outro, o expurgado, de 9,5%. Essa existência de dois índices traz grande confusão e complica os cálculos até dos empresários.

INPC — 58% — Calculado pelo IBGE, está totalmente desacreditado. Afinal é o Delfim que manda no IBGE e dois técnicos responsáveis pelos cálculos foram demitidos por "excesso de honestidade". O INPC também é expurgado. O índice não expurgado nos últimos seis meses foi de 61%.

REAJUSTE SALARIAL — 46% — Para reajustar o salário dos trabalhadores o governo baixou o decreto 2.045, limitando os reajustes em 80% do INPC expurgado. Nos últimos seis meses o reajuste fica em 46%. Enquanto isso o dólar sobe 77%, ficando 31% acima do reajuste dos salários. Acima do gráfico ilustra os especuladores e monopolistas faturando com a crise, e o salário dos trabalhadores sendo massacrado.



Para Aurélio Peres é urgente a mobilização popular para pressionar os deputados

Manobra suja para aprovar o 2.024

Um cochilo das lideranças oposicionistas poderá permitir a aprovação, por decurso de prazo, do decreto-lei 2.024, anterior ao 2.045 mas igualmente danoso para o salário dos trabalhadores. Ao contrário do que se imaginava, o 2.024 continuou tramitando normalmente no Congresso Nacional, já que não foi revogado pelo seu sucessor, o famigerado 2.045.

Numa manobra hábil, o governo procura forçar a aprovação do 2.024, deixando-o de reserva para substituir o 2.045, caso este seja rejeitado. Como o 2.045 estabelece uma política salarial para os próximos dois anos, para atender às novas exigências dos agiotas do FMI, a aprovação do 2.024 significa um risco para o trabalhador. Isto porque, derrotado o 2.045, o governo ainda terá em suas mãos outro decreto para arrochar os salários e negociar com os banqueiros internacionais.

Preocupados com a tramitação do 2.045, os líderes oposicionistas quase que esqueceram o 2.024 e, quando perceberam a ameaça, já era tarde. Se não conseguir ser votado até a próxima quarta-feira, dia 21, o decreto estará aprovado por decurso de prazo. Na semana passada, os partidos de oposição fizeram uma tentativa de mobilizar suas bancadas para tentar rejeitá-lo, mas não obtiveram êxito. Uma nova e mais intensa mobilização será feita na próxima semana.

No entanto, neste caso, existe um perigo mais complicador. O 2.024 é o decreto resultante do acordo entre o PTB e o PDS.

Conta portanto com o apoio do partido de Ivete Vargas. Se os petebistas insistirem em não rejeitar o 2.024, o decreto tem grandes possibilidades de ser aprovado.

ATESTADO DE ÓBITO

Independente disso, prossegue a luta pela derrubada do 2.045. Na semana passada a Comissão Mista que examina o decreto conseguiu se reunir pela primeira vez desde a sua instalação há mais de um mês e aprovou os depoimentos do ministro Murilo Macedo, do empresário Antonio Ermirio de Moraes e do dirigente sindical Joaquim Andrade. A oposição queria ouvir o ministro Delfim Netto, mas os deputados do PDS não aprovaram, sob a alegação de que é "desnecessário".

O PMDB confirmou para o dia 21 a reunião do Diretório Nacional para fechar questão contra o decreto. E o deputado Ulysses Guimarães reafirma que todos os deputados do partido estarão presentes à votação. "Só o atestado de óbito justifica a ausência", ameaça o presidente do PMDB.

Diante do quadro criado com a possibilidade de aprovação do 2.024 fica mais importante a necessidade de promover amplas mobilizações populares contra os decretos do arrocho salarial. Esta é a única garantia eficaz de pressão sobre os parlamentares mais vacilantes e sobre o governo, como afirma o deputado operário Aurélio Peres: "Se o governo conseguir aprovar o 2.045 ou qualquer outro decreto que prejudique os trabalhadores, a classe operária sairá às ruas para conquistar na marra os seus direitos cada vez mais prejudicados pelo governo".

(da sucursal)

Nova cisão nas hostes do P' C' Brasileiro

Abriu-se mais um capítulo na desagregação do agrupamento revisionista brasileiro, que agora evita até chamar-se partido ou usar a sigla PCB. Dia 31, em nota intitulada "Chegou a hora da verdade", o "Coletivo Estadual de Dirigentes Comunistas de São Paulo" pediu a cabeça do que chamou "direção residual". Esta respondeu destituindo os signatários.

Na polêmica, a falta de princípios de ambos os lados tem como contrapeso uma troca de acusações de mais extremada virulência. O "Coletivo Estadual" acusa o "Coletivo Nacional" de buscar um "acerto de contas"; de "objetivos mesquinhos e bazófia partidária"; de travar "uma falaz luta pela legalidade que nos rouba a credibilidade"; de apoiar "acertos e acordo em detrimento do interesse dos trabalhadores". De passagem, critica a posição de Giocondo Dias & Cia contra a greve de 21 de julho. E conclui: "Não queremos que uma direção residual nos conduza a uma situação também residual na sociedade. Recusamo-nos a ser um ornamento".

O "Coletivo Nacional" responde no mesmo nível. Diz que os dissidentes de São Paulo usam "todos os meios, mesmo os mais torpes, para tentar desacreditá-lo"; defende sua busca da legalidade jurídica para o PCB como "a questão central (grifo do "CNDC") de qualquer transição efetivamente consequente à democracia"; vê na postura dos seus adversários "uma capitulação aos interesses do regime"; "ilusões no regime e num pacto com os patrões"; "reboquismo e aceitação passiva da direção burguesa"; "oportunismo"; "retomada do arbítrio, do golpismo, das manipulações" e de tentar "provocar uma crise no nosso meio".

Com o argumento de que "não nos deixemos arrastar ao terreno para onde querem nos levar — o de uma infundável degladição intestina", o grupo giocondista recorre a punições, e drásticas: "Desautoriza iniciativas, ações e orientações políticas dos companheiros comprometidos com o citado documento, bem como qualquer representação que pretendam dos comunistas do Estado de São Paulo".

A TRAGÉDIA E AS FARSAS

O episódio encaixa-se num processo que vem desde 1958, quando a maioria do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil aderiu às teses do PCUS de Kruschov e tentou arrastar o partido para o revisionismo. Na época, os militantes fiéis ao marxismo-leninismo e à revolução enfrentaram a maré oportunista com um luta de princípios, que desaguou na reorganização do PC do Brasil, em 1962. A ala revisionista, que agrupou-se no chamado PC Brasileiro, desde então tem passado por sucessivas cisões, em que cada uma assemelha-se a uma caricatura da anterior.

Assim, no fim dos anos 60 os grupos de Marighela, Mário Alves e várias "dissidências estudantis" trocaram o PCB pela via do revolucionarismo pequeno-burguês. Na década de 70, amadureceu e veio a furo a cisão do próprio secretário geral, Luís Carlos Prestes. Agora, com o "Coletivo Estadual" paulista, dá-se nova ruptura. As divergências variam de caso para caso, sobre questões cada vez mais restritas e sempre dentro dos limites do oportunismo — em oposição à doutrina e ao partido revolucionários da classe operária. Porém repetem-se, parecendo de fato condenar o PCB, sem apelação, a "uma infundável degladição intestina".

Terroristas semeiam o terror na Paraíba

A Paraíba vive um clima de terror. Em menos de dois meses, três presidiários, um líder sindical e um soldado da Polícia Militar foram assassinados, e a vereadora Tereza Braga, do PMDB e membro da Comissão de Justiça e Paz de Campina Grande, sofreu um atentado. Além disso, um grupo que se intitula "Falange Patriótica" vem fazendo constantes ameaças a jornalistas, vereadores, e membros da Igreja.



Euflávio

ASSASSINATOS NOS PRESIDÍOS

No dia 8 de junho vários elementos mascarados invadiram a cadeia de São Bento e eliminaram o preso Deodato da Silva. No dia 25, um outro preso era morto pela polícia dentro do Presídio de Sousa. No início de julho, policiais militares invadiram o Presídio de Campina Grande e assassinaram o preso José Dias, com mais de 70 tiros. Um soldado foi preso, e a prisão de outros 14 foi solidada pelo juiz José Lisboa.

A advogada Tereza Bra-



Tereza

ga, cuja residência foi alvo de tiros de espingarda e bombas de fabricação caseira, acusa "grupos organizados dentro da própria polícia" pelos crimes. Tereza cita os PMs José Alves de Almeida, Antônio Amorim e o sargento Francisco Honorato como responsáveis pelo atentado contra sua pessoa e sua residência. Ela chega a acusá-los de atuarem como pistoleiros profissionais a serviço dos usineiros e grandes proprietários de terras paraibanos. O próprio secretário da Segurança, deputado Fernando Milanez, confessou, no último dia 10, a existência de grupos organizados dentro da Polícia Militar.

CHEIRO DE PÓLVORA

E mesmo um deputado do PDS, Manoel Gaudêncio, afirma que "a solução para a violência em Campina Grande é prender todos os delegados e boa parte dos militares da PM."

O cheiro de pólvora aumentou no dia 12 de agosto, quando foi assassinada

a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves. Tanto para esse assassinato, quanto para o atentado à advogada Tereza Braga, uma só acusação — feita pela advogada e pelo viúvo de Margarida, Severino Casemiro —: o usineiro Agnaldo Velloso Borges, maior dono de terras da Paraíba e líder do conhecido Grupo da Várzea, composto de políticos reacionários do PDS.

A apuração dos crimes é morosa e mantida em sigilo. O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Álvaro Diniz, denuncia: "Não se admite que a própria polícia apure crimes onde ela é a principal acusada. O governo do Estado tem a obrigação de garantir a vida de seus concidadãos, e não acolher o terror e o medo que estão espalhados na Paraíba".

AMEAÇA TERRORISTA

E além dos crimes e atentados, estão sendo realizadas também ameaças por uma entidade terrorista chamada "Falange Patriótica". Ela enviou à redação do "Diário de Borborema", de Campina Grande, uma carta anunciando que altas autoridades da Igreja, jornalistas e outras pessoas estavam para morrer. E no dia 8 enviou nova carta, desta vez à redação de "A União", ameaçando de morte o jornalista José Euflávio Horácio: "se você continuar andando em Alagoa Grande, para fazer cobertura do assassinato de Margarida Alves, sua cabeça vai rolar".

Mas o jornalista não se amedrontou, e apontou o governo do Estado como "o responsável maior por toda onda de violência que vem acontecendo".

(da sucursal)



Lixão em Salvador confirma: os negros são maioria entre a população mais miserável.

1º Eneba fortalece a luta dos negros

Nos dias 9, 10 e 11 de setembro, realizou-se em Salvador, no Colégio 2 de Julho, o I Encontro de Negros do Estado da Bahia. Do seu processo de organização participaram diversas entidades que tratam de questões de interesse do negro de diversas formas, como blocos, afoxés, associações de bairro, grupos de estudos e o Movimento Negro Unificado.

O encontro atendeu aos seus propósitos, na medida em que conseguiu reunir cerca de 700 pessoas, negros na sua quase totalidade, muitos deles organizados, o que abre a possibilidade de suas entidades se comprometerem com as resoluções da reunião. Foi reconhecida a Bahia nos últimos anos para tratar deste assunto.

Foram tiradas posições sobre o negro na sociedade brasileira hoje e sobre a sua interferência nessa realidade. É composta de negros a maioria da classe operária baiana e dos trabalhadores mais despossuídos tais como empregadas domésticas, garis, empregados na construção civil, e das faixas sociais marginalizadas da sociedade, como prostitutas, presos comuns, menores abandonados. Ou seja, as parcelas mais violentamente atingidas e sacrificadas nos seus direitos pelo sistema capitalista, baseado na desigualdade e na exploração de muitos ao lado da riqueza e poderio de poucos. Isto ainda é agravado por um racismo sutil em alguns aspectos e decla-

rado em outros — antes servia para justificar a escravidão e hoje faz com que o negro seja tratado como "cidadão de segunda classe".

O I Eneba denunciou desde a manipulação dos órgãos oficiais que dirigem o carnaval — que vendem a imagem da Bahia como paraíso da democracia racial ao mesmo tempo que tratam de isolar os blocos negros e afoxés, confinando-os a espaços periféricos da cidade e em horários inconvenientes — até a violência policial, que atinge particularmente o negro, considerado pelos órgãos repressivos como eterno marginal.

Foi aprovada a denúncia da discriminação racial no trabalho, a luta contra o desemprego, o repúdio ao decreto 2.045, a exigência do salário-desemprego. O Encontro condenou o regime militar e sua subserviência ao FMI. Foi unânime a posição de que os negros devem se organizar nos partidos políticos, nos sindicatos e demais entidades que lutam para resolver os graves problemas que afligem o povo brasileiro. (Tereza do Espírito Santo — Sucursal da Bahia)

A greve dos professores de Maceió

Os professores e servidores da Fundação Educacional de Maceió estão em greve. Eles não recebem seus salários desde junho, ainda não receberam o pagamento do 13º de 1982 e nem o reajuste de 40%, devido desde abril. No dia 13 mais de 1.500 grevistas realizaram passeata no centro da capital alagoana, exigindo a demissão do prefeito bionico José Bandeira. Os vereadores Edberto Ticianeli, Freitas Neto e Jared Vianna, e o líder do PMDB na Assembléia Legislativa, Eduardo Bomfim, participaram da manifestação, que teve o apoio de várias entidades sindicais. A bancada do PMDB na Câmara Municipal decidiu bloquear todos os projetos do prefeito. (da sucursal)

Prefeito de Itabuna age como ditador

O prefeito de Itabuna, na Bahia, que hoje está no PMDB mas que já foi da Arena, voltou a utilizar os métodos que conheceu nos seus tempos de defensor da ditadura. Por represália política, demitiu da prefeitura os funcionários Davidson Magalhães e Fátima Freire, membros da Executiva municipal do PMDB e principais líderes da Tendência Popular deste partido no município. A justificativa: incompatibilidade política. A arbitrariedade já foi condenada por mais de uma dezena de entidades sindicais e populares locais, pelo ex-prefeito de Itabuna, deputado Fernando Gomes e pelo líder da Tendência Popular em Jequié, Juraci Novato. (da sucursal)

Encontro dos Servidores federais

Realizou-se nos dias 9, 10 e 11 o II Encontro Nacional dos Servidores Públicos Federais, no Rio de Janeiro. Estiveram presentes 107 delegados de oito Estados, e 64 entidades, sendo cinco de âmbito nacional: UNSP, ANDES, ANMER, FASUBRA, FNM. Como pauta de reivindicações foi aprovado: reajuste salarial com base na inflação, reajuste semestral, 13º salário para os estatutários, complementação salarial para compensar as perdas nos últimos anos, piso salarial de três salários mínimos, jornada corrida de seis horas, direito a sindicalização. Estas reivindicações serão encaminhadas ao DASP até 30 de setembro. Aprovou-se também um dia nacional de luta contra o 2.045.

Desrespeitando a pauta da reunião e passando por cima do fato de que um encontro deste tipo não tem condições de deliberar sobre assunto tão polêmico, um grupo do PT tratou de aproveitar uma maioria ocasional para impor uma descabida discussão sobre o reconhecimento da central sindical criada recentemente em S. Bernardo. Em função disto, um tempo preciso deixou de ser usado para discutir as lutas concretas dos funcionários.

Mais de 500 no forró da Tribuna

No último dia 10, com a presença de mais de 500 trabalhadores, foi inaugurada a nova sucursal da Tribuna Operária em Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo. Compareceram à inauguração, no ginásio de esportes da prefeitura, o prefeito Roberto Valadão e o deputado estadual Juraci Magalhães. Houve um animado forró, comandado por Gegê e o grupo ABC.



Diretoria omissa nada faz para conter os constantes acidentes na rede elétrica

Eletricitários vão às urnas em São Paulo

No dia 29 de setembro os eletricitários paulistas elegerão a nova diretoria do seu Sindicato.

Considerada categoria essencial, manipula a energia elétrica do Estado, os 25 mil funcionários da Eletropaulo e Cesp não têm respeito a sua força. A frente do Sindicato está Rogério Magri, um dos maiores pelegos do país.



Josué encabeça a chapa 2

Magri tem notórias ligações com o imperialismo norte-americano: é secretário-geral do Instituto Cultural do Trabalho, órgão ligado ao sinistro Iadesil (Instituto Americano para Desenvolvimento do Sindicalismo Livre). Constantemente encontra-se nos EUA participando dos cursos ministrados pelos agentes das multinacionais. Como bom aluno, aprendeu várias técnicas de como impedir a luta dos trabalhadores por seus direitos.

Na campanha salarial de 1979, por exemplo, o pelego colocou em prática os ensinamentos. Cerca de 5 mil eletricitários lotaram o Sindicato na assembleia que decidiria pela greve e a disposição era grande. Poucas horas antes Magri atendeu a um telefonema de urgência do ministro do Trabalho, o banqueiro Murilo Macedo, e voltou para a assembleia disposto a impedir a paralisação. Como não conseguiu através de discursos, tumultuou a reunião, que terminou com cadeiradas e pancadarias.

É comum vê-lo falar nas assembleias das lutas salariais que "a Eletropaulo está em crise, não tem dinheiro", jogando água fria na mobilização. A diretoria, monopolizada por Magri, não se preocupa com o trabalho de organização nos locais de trabalho e nem com os

grandes problemas da categoria. Não se desenvolve nenhuma campanha contra a periculosidade, por maior proteção no serviço, sendo que entre 1977 e 1980 ocorreram 18.520 acidentes no setor em todos o país, dos quais 256 fatais. Há apenas discursos, principalmente em períodos eleitorais.

OPOSIÇÃO PARA VALER

Temendo ser julgado pela categoria, Magri sempre procurou evitar a formação de chapas opositoras. Em 1979, fruto da mobilização para a greve, formou-se um núcleo de oposição à diretoria traidora, mas pouco antes da eleição 39 ativistas foram demitidos, impossibilitando-se o registro da chapa. "O Magri nos entregou para o presidente da Light, o Osvaldo Aranha", garante um dos demitidos.

Desta vez, no entanto, ele não conseguiu impedir o registro da chapa 2, Oposição Eletricitária. Segundo Josué Correa, encabeçador da chapa, "ela foi formada numa convenção democrática com mais de 100 companheiros e a maioria dos seus membros foram indicados nos grandes locais de trabalho". Seu objetivo "é democratizar a entidade, transformá-la num órgão de luta. Apesar de ser um serviço essencial não tem os salários e condições de trabalho correspondentes a este apelido. Precisamos conquistar na luta os nossos direitos, o que exige um Sindicato forte que imponha respeito, mobilize a classe", diz Josué, que conclui: "Apesar das dificuldades, como a falta de dinheiro e a nossa pequena estrutura, temos encontrado uma grande receptividade. Há um anseio por mudança, por renovação".

Estudantes queimam ônibus em Goiânia pela meia-passagem

Na manhã do dia 14 cerca de mil estudantes da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, destruíram e atearam fogo em cinco ônibus, no campus universitário. Há mais de uma semana os estudantes têm se mobilizado pela conquista do meio-passe nos ônibus e protestado contra os últimos aumentos nos preços das passagens pulando as catracas.

No dia 14 os alunos que pulavam a catraca foram agredidos por funcionários das empresas de ônibus, sendo inclusive ameaçados com revólveres. Em seguida três ônibus foram levados ao

distrito policial. Quando a notícia da prisão dos estudantes chegou ao campus os universitários tentaram desviar alguns ônibus até o distrito policial para tentar libertar os colegas presos. Mas foram impedidos por policiais e fiscais da empresa. Os passageiros desceram dos veículos e revoltados apedrejaram totalmente cinco ônibus e queimaram um.

Mas a luta na UFG não se reduz apenas contra o aumento das passagens de ônibus. No dia 13, na Faculdade de Direito, foi lançada a campanha "Não deixe a UFG morrer", em defesa da universidade. O apelo visa conseguir a suplementação de verbas e o ensino público e gratuito. Estiveram presentes representantes da UNE, UBES, DCE da UFG e da Universidade Católica de Goiás, entidades dos servidores e dos docentes, OAB, representantes do PMDB, o deputado Ivan Ornelas e os vereadores Adalberto Monteiro, Etevaldo Alves e Euler Ivo.

Os universitários da PUC de Porto Alegre fizeram passeatas com até três mil alunos no campus, dia 9, e em seguida ocuparam a reitoria para protestar contra o extorsivo aumento de 57,5% nas mensalidades. Segundo o DCE, 20% dos estudantes da PUC abandonaram a universidade devido às dificuldades financeiras. Os DA's juntamente com o DCE conclamaram os estudantes a não pagarem a primeira parcela das anuidades e segundo dados do Banco, até o dia 10, quando venceu a primeira parcela, apenas 500 alunos dos 22 mil haviam pago.

A reitoria se mantém intransigente em não ceder às reivindicações dos estudantes. (das sucursais)



Foto: Miriam Fröhner

Passeata na PUC de Porto Alegre no dia 25 de agosto

Sindicalistas preparam ato contra o 2.045

O decreto-lei 2.045 está forçando as direções sindicais, mesmo as mais sectárias, a deixar de lado as divergências secundárias e a divisão criada para somar forças para derrotá-lo. O Dia Nacional de Luta, em 30 de agosto, aos poucos vai se impondo como a primeira manifestação unitária, após a cisão, contra o famigerado decreto.

Em Minas Gerais a intersindical estadual, eleita num Enclat unitário e que contempla todas as correntes que atuam no movimento sindical, decidiu se empenhar ao máximo na realização de uma grande manifestação em praça pública no próximo dia 30. O mesmo ocorreu no Rio de Janeiro. Na reunião intersindical que decidiu consensualmente organizar o dia 30 os coordenadores da mesa foram Ivan Pinheiro, articulador do Conclat da Praia Grande, e Jorge Bitar, membro da central sindical criada pela corrente petista no Conclat de São Bernardo, no final de agosto.

Os sindicalistas presentes na plenária da intersindical carioca decidiram deixar para uma outra oportunidade a discussão sobre a divisão do movimento sindical, alegando que o que importa agora é a união contra o decreto-lei que arrocha os salários. Ficou acertado que todas as correntes sindicais participarão de mutirões e contatos com os setores democráticos e populares, visando realizar uma manifestação de peso.

Em São Paulo várias entidades sindicais têm tomado iniciativas isoladas con-

Reunificar na luta

O famigerado decreto-lei 2.045 evidencia ainda mais como é artificial e nefasta a divisão criada no movimento sindical. Ao aproximar-se sua votação, sindicalistas pressionados pelas bases tentam costurar às pressas uma unidade capaz de exigir com força a rejeição do decreto. O mal da divisão é que ela deixa o movimento sindical acéfalo, sem um fórum unitário para deliberar formas de lutas unificadas e poderosas contra a ofensiva do capital e do governo.

Nenhuma força sindical sozinha tem con-

dições de realizar manifestações massivas, quanto mais de fazer a necessária greve geral. O exclusivismo e a tentativa de ganhar na marra a hegemonia do movimento sindical só debilitam a luta dos trabalhadores. É urgente que os dirigentes sindicais sentem-se numa mesa, sem ranço e sectarismo, para traçar formas de reunificar o movimento sindical. Caso contrário serão responsabilizados pelos trabalhadores por sua omissão na luta contra a fúria do capitalismo em crise.

tra o decreto. O Sindicato dos Metalúrgicos tem feito vários pequenos atos nos bairros da periferia da capital paulista e sua campanha salarial está centrada na luta contra o arrocho salarial e pela rejeição do 2.045. Há indicativos de que os Sindicatos paulistas se somarão na organização de um ato massivo e unitário no dia 30, segundo dirigentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo e de São Bernardo entrevistados pela Tribuna Operária. A principal preocupação no momento é com o 2.045, duramente criticado nas bases fabris.

O próprio setor petista, que fundou a sua central sindical no seu Conclat de São Bernardo, já notou que não tem forças para levar com exclusivismo a batalha

contra o decreto; sabe que não tem poder de mobilização e que suas propostas podem cair no vazio, desgastando ainda mais a já débil central sindical.

Em reunião no último final de semana, em Santo André, os dirigentes da central petista decidiram participar da manifestação do dia 30. Também foi aprovada a realização de uma greve geral em 25 de outubro, mas, segundo nos confessou um dos membros da Central, "sozinhos não teremos condições de fazê-la com êxito". Jair Menequelli, coordenador da central, chegou a admitir a possibilidade de uma reunião plenária do movimento sindical para convocar a paralisação geral, "esquecendo-se de quem é a autoria da greve".



Foto: Francisco Sucaer

Viaturas da PM ocuparam a garagem da Viação Santa Amélia para reprimir os grevistas

Motoristas fazem greve para receber salários

Cerca de 500 motoristas, cobradores e funcionários de manutenção da Viação Santa Amélia, em São Paulo, diante do atraso do pagamento entraram em greve na manhã do dia 13. A em-

presa foi ocupada pela PM, que agiu com extrema violência contra os grevistas. Após dois dias de greve os trabalhadores voltaram ao trabalho, depois que a empresa se comprometeu a efe-

tuar o pagamento imediatamente, dar estabilidade até 31 de janeiro e não cobrar dos cobradores as quantias levadas durante assaltos.

A Viação Santa Amélia — que opera nove linhas na Zona Oeste da capital — vem cometendo uma série de irregularidades contra seus empregados. A gota d'água que levou à greve foi o atraso de pagamento. No dia 2 a empresa pagou os vales com uma semana de atraso e com cheques sem fundo. O pagamento do salário, que deveria ser feito no dia 10, foi anunciado pelos patrões que seria feito parcelado até o dia 16. Diante desta notícia os trabalhadores decidiram entrar em greve.

Uma das revoltas maiores dos grevistas é por causa da empresa obrigá-los a pagar o valor dos assaltos. Nivaldo Gueiros Pacheco, cobrador, com salário de Cr\$ 76 mil, explica o que isto significa: "Fui assaltado quatro vezes em dois meses. Paguei Cr\$ 50 mil dos assaltos e fiquei quatro dias fora da escola para arrumar o dinheiro".

Segurança para o povo

Na madrugada do dia 13 a PM agiu com extrema violência contra os grevistas que faziam piquete em frente à garagem da Viação Santa Amélia. Foram dados tiros, jogadas bombas de gás lacrimogêneo e distribuídas cacetadas indiscriminadamente contra os trabalhadores que lutavam por um direito inquestionável: receber seus salários.

Este fato ocorre na primeira semana da gestão do novo secretário da Segurança Pública de São Paulo, Miguel Reale Júnior. Comenta-se que a repressão pode ter sido uma provocação com in-

tuito de testar o novo secretário.

O antecessor de Reale Júnior — Manoel Pedro Pimentel — foi obrigado a deixar o cargo por usar a repressão contra as legítimas manifestações populares. No curto período de seis meses Pimentel acumulou uma série de erros, soltando seus "cassetetes democráticos" nas costas de grevistas, desempregados ou estudantes. Reale Júnior prometeu abrir inquérito para apurar a violência da PM no dia 13. Os trabalhadores esperam a punição dos responsáveis para evitar a repetição destes fatos.

Duarte homenageia a inesquecível Lúcia

Há um ano, no dia 18 de setembro, falecia com a idade de 27 anos a nossa querida e inesquecível companheira Maria Lúcia Poço, vítima de insidiosa doença de câncer que a torturou durante dois longos anos.

Lúcia, como era por todos conhecida, tinha consciência de sua doença incurável, mas com seu espírito indomável de lutadora jamais se deixou abater. Lutou até o fim de sua preciosa vida.

Lúcia foi operária metalúrgica. Fazia parte do Sindicato de sua categoria, que sempre defendeu com ardor e entusiasmo. Defendeu sempre com energia e desassombro a unidade da classe do proletariado brasileiro. Participou das greves e assembleias, das campanhas salariais não só da sua categoria, mas também das assembleias e reuniões dos movimentos populares, levando sempre com clareza a sua palavra de encorajamento aos que lutavam por seus direitos.

Lúcia também se preocupava com a emancipação da mulher.



Foto: Arquivo TO

Lúcia, saudades de quem deixou um passado de luta.

Foi a principal organizadora do Congresso da Mulher Metalúrgica em 1979. Era uma camarada inteligente e estudiosa, procurava aprender e assimilar as leis objetivas que atuam no desenvolvimento social. Tinha uma concepção materialista do mundo, razão pela qual conse-

guia facilidade em se comunicar com as pessoas de várias tendências que trabalham e vivem de parcos salários.

Lúcia ostentava o maior orgulho de ser comunista e pertencer ao glorioso Partido Comunista do Brasil. Propagava e defendia ardorosamente o internacionalismo proletário e as idéias do socialismo científico.

Era simples e modesta, como a sua classe, a classe operária. Ouvia com atenção e respeito todas as pessoas, por mais modestas e simples que fossem.

Presidiu o Centro de Cultura Operária, ao qual deu o melhor de sua capacidade, no último ano de sua vida. Em toda a sua ação e em todos os lugares que atuou deixou grande número de amigos, particularmente entre os operários.

Ao transcorrer o primeiro ano da morte da nossa querida Lúcia, rendo-lhe simples e sentida homenagem em reverência à sua memória. Com a morte de Lúcia ficou entre nós um vazio difícil de preencher. Mas os seus camaradas e amigos não se abatem. Seguirão o seu exemplo. Aprenderão a vencer. Lúcia deixou muitos discípulos que continuarão a sua luta. Ela continuará vivendo na lembrança e no coração do povo que tanto amou e que muito próximo se libertará para uma vida radiante e feliz. (José Duarte, presidente do Centro de Cultura Operária)

Di Gregório não respeita os operários em Manaus

A Di Gregório é uma das maiores empresas no ramo de transportes rodoviário e fluvial do Amazonas. Possui mais de 1.500 empregados. Mas não é a toa que ela alcançou essa posição. O seu segredo, como não podia deixar de ser, é a super-exploração.

Apesar de ser uma grande empresa, não possui restaurante próprio como manda a lei. Em conse-

quência, freqüentemente a comida fornecida vem estragada. Aí a gente tem que ficar sem comer e ninguém toma providência.

No trabalho, então, é de lascar o cano. A gente pega o dia todo e geralmente tem virada a noite. Então, temos que ficar até de manhã. Como "consolo", eles dão um lanchinho à meia-noite. E no outro dia temos que pegar cedo de novo. Ou

seja, a gente nem pára. No entanto, a coisa mais comum é ver os companheiros reclamando das horas extras, que foram enganados.

A empresa também não tem serviço médico próprio. Mas se a gente adoce e apresenta atestado médico, eles vêm logo ameaçando com justa causa. Eles nunca procuram agir direito com ninguém. (grupo de ajudantes de caminhão amigos da TO - Manaus, Amazonas)

Lavradores de Londrina viram escravos em Usina paulista

"Gatos" de Araçatuba, em São Paulo, vieram a Londrina, no Paraná, buscar gente para trabalhar nos canaviais da Usina Cruz Alcool, prometendo pagar de Cr\$ 40 a Cr\$ 50 pelo corte do metro de cinco ruas. Diziam que daria para tirar Cr\$ 6.000,00 por dia, livre de comida. Foi lotado um caminhão de lavradores daqui, só que quando lá chegaram o "gato" disse que havia baixado o salário para Cr\$ 10 a Cr\$ 15 por metro. O pessoal tinha deixado a família esperando por dinheiro, mas nem notícia puderam dar já que a usina é longe, a mais de 100 km de Araçatuba. A refeição custa Cr\$ 800,00 e com muito esforço o trabalhador tira Cr\$... 3.000,00 por dia. Tem vez que só dá para ganhar para a comida. Os que no desespero bebem pinga se lascam pois o preço é bem mais alto e a conta vai crescendo no armazém.

Teve gente que vendeu a exploração era demasiada vendeu até o rádio para pagar a passagem de volta. Um dos que voltou conta que alguns saíram a pé da usina. Ele pegou carona com o leiteiro de Araçatuba e de lá tomou ônibus para



"Gatos" após um árduo dia de trabalho.

Londrina, trazendo Cr\$ 12.000,00 depois de um mês de trabalho. Disse que para trazer esse dinheiro não pôs os pés no "bar" do gato, tendo levado daqui o sabão, o fumo, etc. Ele trouxe cartas dos que não conseguiram voltar e nelas os lavradores dizem que são tratados como escravos.

Quem ganha com essa exploração é o usineiro. Com o desemprego há muitos que aceitam trabalho a qualquer preço. O trabalhador precisa se valorizar e só com a união de todos é que vamos acabar com esta situação. (Alzira, Londrina - irmã de um trabalhador que está em Araçatuba)

União demite quem apoiou a Greve Geral

A Companhia União dos Refinadores de Açúcar e Café, em vista do apoio de alguns de seus funcionários ao movimento grevista realizado no dia 21 de julho, primeiro tentou intimidá-los para que não aderissem greve e agora começa a dispensá-los.

Por que o apoio à greve do dia 21 de julho?

Primeiro, porque está na ordem do dia a luta contra o arrocho salarial imposto por esta política antinacional e antipopular imposta pelo Fundo Monetário Internacional.

Segundo, porque no Parlamento está para ser aprovado o Decreto-Lei 2.045 — que pretende acchar ainda mais nossos salários. E só com a união de todos os trabalhadores, em especial da classe operária, é que teremos força para impedir.

Terceiro, porque os trabalhadores não possuem nenhuma estabilidade no emprego. E nos sentimos ameaçados todos os dias ao chegar na fábrica e termos de bater o cartão de ponto. Não é justo que paguemos a crise que esse governo entreguista e patronal criou. Eles que paguem.

Quarto, porque nós, trabalhadores da União, que na grande maioria saímos do Nordeste, sabemos qual a luta e o sofrimento que vive o povo e somos obrigados a vir para São Paulo, expulsos da terra e passando sede e fome, aqui também nos deparamos com a mesma situação, de miséria e desemprego.

Quinto, porque não agüentamos mais a carestia de vida. Vejam só o ônibus, é a sexta vez que aumenta este ano!

É possível ficar de cabeça baixa vendo toda essa situação? Por isso é justa e necessária a Greve. Os trabalhadores da União têm que lutar pelos seus direitos. Afinal, quem constrói a riqueza da fábrica?

Aqui vai uma mensagem para os operários e trabalhadores: ainda estamos pouco mobilizados e é por isto que tentam calar nossa voz, demitindo-nos. No entanto, as idéias permanecem e mais cedo ou mais tarde vão aparecer muitas vezes com força total para pôr fim à vergonhosa situação que vive nosso povo. Aos operários não resta outra saída senão erguer a cabeça e lutar para acabar com a exploração do homem pelo homem, pela igualdade social, pela soberania nacional e pelas eleições diretas para presidente. (Bia, funcionária demitida - São Paulo)



Nesta edição destacamos a carta do veterano dirigente comunista José Duarte. Ele presta uma sentida e singela homenagem a operária Lúcia Poço, falecida em setembro passado, vítima de câncer. Lúcia deu um grande exemplo de coragem na defesa dos direitos do povo e, como afirma Duarte, "deixou muitos discípulos que continuarão a sua luta". Realçamos também a carta de uma londrinense que narra a dura situação do seu irmão e amigos que trabalham como escravos numa Usina em Araçatuba; e a carta de uma ex-empregada da União de Açúcar e Café, demitida por apoiar a greve geral do dia 21, que conclama seus companheiros "a lutarem pelos seus direitos. Afinal, quem constrói a riqueza da fábrica?" (Olívia Rangel)

Miséria na favela de Vila Prudente

Andando pela favela de Vila Prudente, São Paulo, em dias úteis, vemos jovens de 18 a 26 anos batendo papo sobre o desemprego no Brasil e o que gostariam de estudar. É o caso do José, Ademilson, Daniel, Francisco e muitos outros desempregados. Ou dona Antônia de Lima, com cinco filhos menores e seu esposo, um operário que ganha 40 mil cruzeiros por mês, que entrevistado disse que "dá pra comer aperreado"...

E o Moacir, que tem dois filhos, a mulher grávida, e seu INPS já venceu pelo fato de estar há muito tempo desempregado. Quando os filhos do Moacir lhe pedem de comer, diz ele que "dá vontade de sair roubando, só não roubei ainda porque tenho princípios e porque os amigos do Círculo Operário daqui da favela dão uma ajuda pra gente".

Nessas andanças a gente pode ver também pivetes, como o Roberto, que tem oito anos, pedindo algum trocado no cruzamento perto da favela. (Waldir — São Paulo, SP)



Estudantes espancados na Faculdade de Mogi

A Faculdade de Filosofia de Mogi das Cruzes, que conta com 2.700 alunos, em pesquisa realizada pelo Diretório Acadêmico Magister observou que 23% destes alunos são desempregados, 1% possui bolsa de estudo, 2% crédito educativo, 80% ganham até três salários mínimos e 70% dificilmente poderão custear seu curso até o fim.

A partir destes dados, juntamente com o Diretório Acadêmico de Comunicação, os alunos vêm se manifestando contra o aumento de 58,5% na mensalidade e as represões de que professores, alunos e funcionários são vítimas.

Em manifestação realizada dia 12, houve violenta re-

pressão por parte da direção da escola, que contratou um grupo de paramilitares que espancaram e ameaçaram estudantes, inclusive utilizando gás lacrimogêneo.

É desta forma que o "educador" Maurício Chermann trata os estudantes. (um grupo de alunos da Faculdade - Mogi das Cruzes, São Paulo)

Correio boicota a Tribuna Operária

Os trabalhadores brasileiros estão cada vez mais acreditando no valeroso jornal Tribuna Operária. Ocorre que aqui em Cuiabá fatos vergonhosos vêm sucedendo.

Não sabemos se é sabotagem ou ordens "de cima", mas a verdade é que os correios daqui vêm desprezando

e sumindo com exemplares da Tribuna para alguns assinantes. E isso já faz muito tempo. Os responsáveis pelo jornal aqui na cidade por diversas vezes foram à direção do Correio. Já reclamaram e nada adiantou. De onde se conclui que trata-se de safadeza. Muitos desistiram de assinar, pois não recebem o

jornal. Por isso é importante que se publique esta carta, que pode ajudar os companheiros e a própria sucursal, pois o povo precisa ler este jornal de classe, ficar conhecendo o que se passa e se preparar para mudar este país que um dia será dos brasileiros. (M.G. - Cuiabá - Mato Grosso)

Vitória dos rodoviários de Belém

Em tumultuada eleição onde não faltou a tentativa dos patrões em tumultuar o resultado do pleito, a chapa encabeçada pelos experientes e combativos companheiros Evangelista (reeleito presidente), Gatinho, Cidade, Altino e Frederico derrotou as suas duas concorrentes, colocando 1.111 votos de diferença da primeira para a segunda colocada no Sindicato dos Rodoviários do Pará.

A Chapa 1 é formada pe-

la atual diretoria, reforçada por novos sindicalistas, e representa os interesses dos rodoviários do Pará. A chapa 2 é composta por companheiros equivocados que procuraram dividir a categoria em benefício de seu pequeno grupo. E a chapa 3 é financiada claramente pelos patrões, encabeçada por João da Cruz, nunca teve qualquer presença nas lutas da categoria.

Os patrões tentaram anu-

lar o pleito, obrigando motoristas a vestirem as 16 mil camisas com o símbolo da chapa 3 (assim poderiam alegar quebra de sigilo do voto). Durante o dia 1º, dia da votação, membros da chapa 3 chamaram a polícia (DOPS, Militar e Federal), que ficou intimidando os rodoviários. Mas nada disso adiantou, e a categoria deu 1.470 votos para a chapa 1, consolidando sua vitória. (J.M.L.A., de Belém)

Latifundiário demole casas no Piauí

Pedimos aos companheiros da Tribuna Operária a publicação da seguinte denúncia: O latifundiário, Geraldo Elias de Aguiar, pretende destruir a casa de Francisco de Assis Ferreira, pai de vários filhos, pelo simples fato do trabalhador ter construí-

do a casa vizinha à seu terreno. O lavrador, juntamente com a comunidade do bairro Caixa d'Água, propôs comprar uma parte do terreno (dois metros) do proprietário. Mas, este declarou que não vendia nenhum centímetro e que seu propósito é o de de-

molir a residência do trabalhador. O caso está na Justiça e o Sindicato, ao saber do fato, começou a tomar as providências cabíveis. Saudades sindicais. (Francisco Alves da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piripiri, Piauí)

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Diferenças na oposição

A crise política em evolução no país aguçava rapidamente os conflitos de classes. E mesmo dentro das fileiras oposicionistas, revela cada dia com maior nitidez as diferenças de idéia e do modo de luta entre os setores burgueses e as forças operárias e populares.

MEDO DA REVOLUÇÃO

A oposição burguesa, embora se manifeste contra o regime militar, por sua própria natureza de classe, tende para a conciliação. Com o tipo de desenvolvimento capitalista dependente em curso no país, cada vez mais os interesses da burguesia brasileira entrelaçam-se com os do capital estrangeiro: uma parte da grande burguesia torna-se sócia menor do imperialismo e passa a atuar como seu sustentáculo; outra parte adota no máximo uma posição reformista, vacilando diante de cada ameaça. Em relação ao regime militar, o setor burguês que se coloca como oposição almeja a quebra do monopólio do poder estabelecido pelos generais, mas não coloca em pauta transformações radicais na sociedade e muito menos a verdadeira liberdade para o povo.

Quando certas lideranças burguesas falam em uma possível convulsão social, têm em vista pressionar os donos do poder para obter alguma concessão e com isto aliviar a tensão. Na verdade elas temem mais o avanço das massas do que o regime opressor. Apavoram-se diante da revolução que amadurece, e que junto com o regime militar, pode derrubar também seus privilégios de classe dominante.

A liderança do proletariado na luta democrática é portanto a única garantia de que a frente única seguirá um caminho consequente. A direção burguesa nesta batalha tende a desviá-la para os compromissos e para a capitulação diante do regime militar e do capital internacional.

INFLUÊNCIA BURGUESA

Apesar disto, basta ver o resultado das eleições de novembro para verificar que ainda é grande a influência burguesa sobre o movimento de massas. Na conquista da hegemonia, a classe operária não pode simplesmente menosprezar esta realidade. A chave para alterar esta situação é uma política, que mobilize os mais amplos setores sociais — inclusive a oposição burguesa e as camadas populares sob sua influência — e por outro lado uma luta ideológica firme e paciente, que delimite os campos e permita às massas elevar o seu nível de consciência com base na sua própria experiência prática. Ou seja, uma política de unidade contra o regime e de luta pelas idéias e pelo caminho revolucionário.

O papel de freio que as lideranças reformistas e burguesas exercem sobre parcelas significativas do povo representa um entrave para o desenvolvimento da revolução no país.

PODER POPULAR

Com o desenvolvimento da crise, cada vez mais se coloca no ordem do dia a questão do poder. A organização independente do movimento popular é a chave para impedir que as classes dominantes tratem de evitar a liquidação do regime militar com um arranjo de cúpula entre governistas e oposicionistas conciliadores. Enquanto para a burguesia trata-se de obter algumas mudanças, para o proletariado, além de conquistar um novo governo provisório, com as forças democráticas e populares, o objetivo é abrir caminho para um novo sistema de poder, onde o povo tome em suas mãos o destino do país. Estes dois caminhos estão sempre em conflito.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. **Telefone:** 36.7531 (DDD 011). **Telex:** 01132133 TLOPBR.

Jornalista responsável: Pedro de Oliveira

Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel.

Sucursais:

ACRE — Rio Branco: Rua Belém, 91, Estação Experimental Rio Branco — CEP 69000. **AMAZONAS** — Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 — A (Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — CEP 69000. **PARÁ** — Belém: Rua Aristides Lobo, 620 - Centro - CEP 66000. **MARANHÃO** — São Luiz: Rua do Machado, 174 - Centro - CEP 65000. **PIAUI** — Teresina: Rua Eliseu Martins, 1130, 1º andar - CEP 64000. **CEARÁ** — Fortaleza: Rua do Rosário, 313, sala 206 - CEP 60000. **Sobral:** Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100. **RIO GRANDE DO NORTE** — Natal: Rua Fonseca e Silva, 1098, sala 202, Alecrim - CEP 59000. **PARAIBA** — João Pessoa: Rua Padre Meira, 30, sala 108 - CEP 58000. **CAMPINA GRANDE:** Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 58100. **PERNAMBUCO** — Recife: Rua Sossego, 221 - Boa Vista - CEP 50000. **Cabo:** Rua Vigário Batista, 239 - CEP 54500. **Garanhuns:** Rua 13 de Maio, 85, 1º andar, sala 3 - CEP 55300. **ALAGOAS** — Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183, Centro - CEP 57000. **SERGIPE** — Aracaju: Rua João Pessoa, 299, sala 28 - CEP 49000. **BAHIA** — Salvador: Rua Sen. Costa Pinto, 845, Centro - CEP 40000. **Feira de Santana:** Av. Getúlio Vargas, 260, sala 101 - CEP 44100. **Camaçari:** Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. **Itabuna:** Av. Juracy Magalhães, 180, sala 204 - CEP 45600. **MINAS GERAIS** — Belo Horizonte: Av. Amazonas, 491, sala 817. Fone: 224.7605 - CEP 30000. **Juiz de Fora:** Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 - CEP 36100. **GOIÁS** — Goiânia: Rua 27, nº 69, Centro - CEP 74000. **DISTRITO FEDERAL** — Brasília: Ed. Goiás, sala 322, Setor Comercial Sul - CEP 70317. **MATO GROSSO** — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548, Fone: 321.5095 - CEP 78000. **MATO GROSSO DO SUL** — Campo Grande: Rua Antonio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. **ESPIRITO SANTO** — Vitória: Av. Vitória, 961 - Forte São João - CEP 29000. **RIO DE JANEIRO** — Rio de Janeiro: Rua São José, 90, sala 2208 - CEP 20000. **Rio de Janeiro:** Rua Carvalho de Souza, 155, loja F, Madureira - CEP 20000. **NITERÓI:** Av. Amaral Peixoto, 370, sala 807 - CEP 24000. **Duque de Caxias:** Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. **Nova Iguaçu:** Rua Otávio Tarquínio, 74, sala 605 - CEP 26000. **SÃO PAULO** — São Bernardo do Campo: Rua Tenente Sales, 229, sala 32 - CEP 09700. **São Caetano do Sul:** Rua Sta. Catarina, 39, sala 303 - CEP 09500. **Campinas:** Rua Regente Feijó, 592 - CEP 13100. **Marília:** Rua Dom Pedro, 180, 1º andar - CEP 17500. **Piracicaba:** Rua Gov. Pedro de Toledo, 1367 - CEP 13400. **Ribeirão Preto:** Rua Sergipe, 119 - CEP 14100. **Santos:** Av. D. Pedro II, nº 7 - CEP 11100. **São José dos Campos:** Rua Sebastião Humel, 185, sala 7 - CEP 12200. **Taubaté:** Rua Souza Alves, 632, sala 5 - CEP 12100. **PARANÁ** — Londrina: Rua Sergipe, 891, salas 7 e 8 - CEP 86100. **RIO GRANDE DO SUL** — Porto Alegre: Rua General Câmara, 52, sala 29 - CEP 90000. **Caxias do Sul:** Rua Dr. Montauray, 658, 1º andar, sala 15 - CEP 95100. **Pelotas:** Rua Andrade Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. **A TRIBUNA OPERÁRIA** é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composta e impressa por Proposta Editorial. Rua Heitor Penteado, 236, loja 8. Tel.: 263.3115 - São Paulo - SP.

Abram alas para Chiquinha!

Uma feminista na virada do século. Assim pode ser definida Francisca Edwiges Gonzaga, a compositora, instrumentista e maestrina Chiquinha Gonzaga, autora, entre outros sucessos, de "O abre alas" e "O corta jaca". Sua vida e sua obra são o tema do espetáculo musical que o Teatro Popular do Sesi está apresentando, gratuitamente, em S. Paulo.

Chiquinha nasceu em 17 de outubro de 1847 e, até a sua morte, em 1935, enfrentou o autoritarismo e o machismo da sociedade brasileira na arte, na política e na família patriarcal. Expulsa da casa dos pais por ter abandonado o marido que a maltratava e por querer viver de música, Chiquinha foi a primeira mulher brasileira a reger uma orquestra — e para ela foi criado o feminino da palavra maestro: maestrina.

Artista popular e lutadora pela emancipação feminina já no início do século

Mas não foi somente a família que essa valente mulher teve que enfrentar. Pelo contrário, seus problemas familiares nada mais eram que o reflexo da sociedade, que fechou-lhe as portas. Na verdade, receptiva e apoio ao seu trabalho Chiquinha recebeu mesmo foi dos trabalhadores — dos escravos que a ouviam tocar violão, da população dos subúrbios cariocas que, nas ruas, cantava e dançava suas marchas carnavalescas, chorinhos, polcas, sambas e maxixes. Recebeu apoio, também, de músicos e intelectuais da época, como o flautista Joaquim Callado, considerado "pai do chorinho", José do Patrocínio, Viriato Corrêa, Arthur Azevedo e Nair de Teffé (esposa do presidente Hermes da Fonseca).

Chiquinha participou também das campanhas abolicionista e republicana, e foi uma das fundadoras da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, na luta pelos direitos autorais dos dramaturgos e compositores (foi ainda a pioneira, dentre as mulheres, no musical peças teatrais no Brasil).



Cena de "Chiquinha Gonzaga, ó Abre Alas", e a maestrina aos 88 anos.

leira de Autores Teatrais, na luta pelos direitos autorais dos drama-



O Regional do Evandro participa do espetáculo

turgos e compositores (foi ainda a pioneira, dentre as mulheres, no musical peças teatrais no Brasil).

A biografia dessa mulher era, portanto, um prato cheio para o teatro. É o que conta a autora de "Chiquinha Gonzaga, ó abre alas", Maria Adelaide Amaral: "A forma da peça me pertence, mas o conteúdo pertence a Chiquinha". Ela afirma que teve mais do que uma paixão pelo assunto: "Foi uma grande empolgação".

No espetáculo trabalham 32 atores, fazendo mais de 100 personagens

Osmar Rodrigues Cruz, diretor da montagem em exibição no Teatro Popular do Sesi (avenida Paulista, 1313), conta que escolheu essa peça "porque vale a pena conhecer a vida de Chiquinha. E, por outro lado, o nosso povo gosta muito de música popular".

A peça deve ficar por vários meses em cartaz "Até ter 150 espectadores na plateia", afirma Osmar, lembrando que a peça anterior, "O Santo Milagroso", de Lauro César Muniz, teve 603 mil espectadores,



Foto: Arquivo TO

em temporada de mais de dois anos. "A plateia continuava cheia. A peça só saiu porque já estava desgastada. Não nos atraía mais continuar sua apresentação."

Dentre os 32 atores, que representam 140 personagens, estão Regina Braga (como Chiquinha), Elias Gleizer e Ricardo Dias (com um bom desempenho como José do Patrocínio). Participa ainda do espetáculo o Regional do Evandro, consagrado grupo de chorinho paulista. O excelente visual do espetáculo é da responsabilidade de Flávio Império. (Carlos Pompe)

Estudantes Universitários organizam o Vira-Arte

Durante o IV Seminário da Viração, realizado na Bahia, surgiu a idéia de formar o Vira-Arte — "aglutinar jovens de todo o país dispostos a debater politicamente a arte e, o que é mais importante, produzir uma arte nova, de resistência, alternativa", segundo a universitária Marta Regina. Durante o IV Conselho Nacional de Entidades de Base da União Nacional dos Estudantes, a idéia evoluiu entre os viraionistas e teve algumas de suas primeiras conseqüências organizativas.

"De início nossa idéia é travar contatos entre os artistas universitários, através de correspondências ou nos encontros da UNE". Para coordenar o trabalho a nível nacional foram escolhidos os nomes de Marta Regina (rua Porto Ferreira, 552, J. Proença, Campinas, SP), Carlos Eduardo (rua Tenente Silveira, 124, apto 506, Florianópolis, SC) e Cláudio Manoel (rua Teixeira Bastos, 486, Maceió, AL). Conta Martinha: "como primeira atividade concreta a Vira-Arte produzirá um livreto de poemas feitos por artistas de todo o Brasil. Esses poemas devem ser enviados nos endereços citados até o dia 23 de setembro."

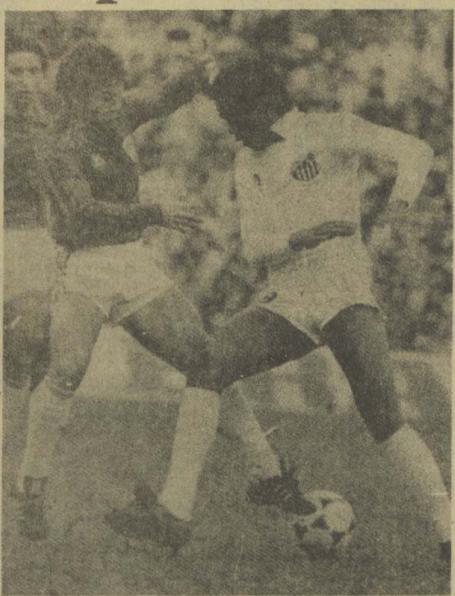
O campeonato da violência

A violência gratuita e desnecessária atingiu níveis insuportáveis no futebol paulista. A ponto de afugentar os torcedores dos estádios, indignar a crônica esportiva e cobrir de vergonha e constrangimento os jogadores mais conscientes. A cada rodada do enfastante e desmotivado Campeonato Paulista, sucedem-se grotescas cenas anti-esportivas.

Nas partidas disputadas pelos chamados "grandes" — os clubes da Capital, Santos e Campinas — os atos de violência ganham destaque, a despeito de estarem presentes em todos os jogos das três divisões do futebol profissional de São Paulo.

Paulinho, médio volante corinthiano, no jogo de seu clube contra o Guarani, cometeu a inacreditável quantidade de 19 faltas. Uma a cada cinco minutos, portanto.

O despreparo dos juizes é um dos fatores de maior incentivo à violência, mas não o único. Na partida entre Portuguesa e Corinthians, o árbitro anotou um penalti em Casa-grande. Pressionado pelos jogadores



Serginho, líder incontestado do jogo violento

da Portuguesa, anulou a marcação e depois de mais de dez minutos de tumulto ordenou a cobrança. Em seguida, deu o jogo por encerrado, alegando falta de condições psicológicas. Nessa mesma partida os cartolas da Portuguesa cumpriram com brilhantismo seu papel de coadjuvantes no espetáculo de desordem, facilitando a entrada em campo de

torcedores que agrediram o juiz

Quando não agem assim, acobertando e promovendo descaradamente a violência, os cartolas se indignam e encaminham recursos, protestos e vetos à Federação contra os poucos árbitros que punem o jogo violento com rigor. Três jogadores do Santos foram expulsos na partida contra a Portuguesa: Pagani, Dema e o insuperável Serginho, recordista de brigas, expulsões e confusões do futebol brasileiro. Os santistas Paulo Isidoro, Márcio e T. Carlos reconheceram a justiça das expulsões. Porém os cartolas prometiam vetar o árbitro.

Nenhuma moldura assentaria melhor neste quadro de selvageria do que essa que lhe envolve, talhada na truculência e passionalismo dos cartolas

A Federação, que deveria coordenar alguma ação conjugada para estancar a violência, não toma nenhuma iniciativa. Pior ainda, fornece a sua contribuição para a violência quando programa calendários que sobrecarregam as tensões dos jogadores.

Restam iniciativas isoladas, como a de Vladimir, presidente do Sindicato dos Jogadores, que pretende reunir jogadores e juizes para discutir o problema. Ou então o desânimo da maioria, muito bem caracterizado no desabafo de Casa-grande: "...é preciso começar tudo de novo. O futebol retrocedeu à barbárie". (J. Madureira)

Publicações da Editora Anita Garibaldi Ltda.

- o imperialismo e a revolução (Enver Hoxha)..... Cr\$ 800,00
- Relatório ao 8º Congresso do PTA (Enver Hoxha)..... Cr\$ 800,00
- Discurso aos eleitores (Enver Hoxha)..... Cr\$ 300,00
- Farabundo Martí, herói do povo de El Salvador..... Cr\$ 200,00
- Os comunistas e as eleições (V.I. Lênin)..... Cr\$ 400,00
- Educação revolucionária do comunista (D. Arruda)..... Cr\$ 500,00
- O revisionismo chinês de Mao Tsétung (J. Amazonas)..... Cr\$ 800,00
- Pela liberdade e pela democracia popular (João Amazonas)..... Cr\$500,00

CDM
Socialismo, ideal da classe operária e anseio de todos os povos (João Amazonas)..... Cr\$ 500,00
Guerrilha do Araguaia..... (esgotada)
Princípio (revista teórica), nrs 1, 2, 3, 4, 5, e 6..... Cr\$ 500,00
Pedidos à Editora Anita Garibaldi Ltda. (com envio de cheque nominal no valor da compra). Rua Major Queidinho, 306, sala 3, CEP 01050, Bela Vista, São Paulo, Capital.
Fundação Maurício Grabois

Rio: quem fez os saques

Entrevista coletiva com os favelados da Vila do Vintém que deflagraram a onda de mais de 30 invasões de supermercados e padarias no Rio de Janeiro. Não são "agitadores", como quer a Polícia Federal. Nem da direita, como diz o governador Brizola. Apenas brasileiros famintos.



Brizola com medo da luta do povo

A direita fascista tem bases fortes no Rio, onde morreu dona Lyda Monteiro e deuse o caso Riocentro. É possível que tenha se infiltrado na onda de saques. Mas a explosão ocorrida tem outras causas — em primeiro lugar o grande saque levado a cabo na nação, por Figueiredo, Delfim e companhia, a serviço do FMI e do grande capital internacional. Por isso não há como concordar com a conduta do governador Brizola. Ele saiu em defesa de Figueiredo, dizendo que "ruim como ele, pior sem ele". Alegando maquiavélicas tramas contra os governos estadual e federal, jogou a polícia contra as multidões famintas. Mais uma vez — pois não foi a primeira — preferiu ficar ao lado do Planalto. Contra o povo.

Como outros governadores eleitos pelo voto oposicionista, o do Rio de Janeiro governa com medo da luta popular e fazendo média com o regime dos generais. Já começou a pagar por isto.

O interior de um dos supermercados saqueados e a polícia nas ruas do Rio: "Bateram até em mulher. Teve um que chegou a urinar sangue..."



A explosão de fome que sacudiu o Grande Rio partiu da favela Vila do Vintém, dia 3, com o ataque ao Supermercado Guanabara, no Realengo. Em seguida espalhou-se pelos subúrbios cariocas e municípios vizinhos.

O governo federal mobilizou contra o povo faminto desde a Polícia Federal até o serviço secreto da Marinha - Cenimar. E declarou-se "satisfeito" com a conduta do governador Leonel Brizola, que pôs em prontidão permanente os 26.500 soldados da PM, responsável por autênticas batalhas campais de várias horas, como aconteceu em Vila Kennedy.

Brizola culpou a direita pelos incidentes. Disse que os primeiros saques foram obra de provocadores e a massa aderiu depois. Seu principal argumento foi que as invasões ocorreram junto com a "greve" reacionária dos comerciantes de Madureira, contra os camelôs. Mas a Tribuna Operária está em condições de afirmar que essa versão não procede.

E isto porque pudemos localizar, entre os 40 mil moradores da favela os iniciadores do movimento.

Os entrevistados, cerca de 30, naturalmente não quiseram dar nome nem endereço. A título de exemplo, um deles é calafate, desempregado há dois meses, e mora com a mulher e oito filhos numa minúscula casa de chão de terra batida. Outro, mais jovem, comerciário, casado e com uma

filha de sete meses, não acha trabalho há mais de um ano.

"...Aí pintou a idéia de chegar no supermercado e dar o calote"

TO: Como é que surgiu entre vocês a idéia da invasão?

— Olha, rapaz, na manhã de sábado lá pelas 10 horas, a gente tava reunido na casa aqui do vizinho, batendo papo. Aí o camarada chegou em casa com uma bisnaga de pão para dividir entre toda a família.

— Sabe como é, início do mês, a maioria do pessoal que trabalha ainda não recebeu, a fome estava apertando o geral.

— A gente foi conversando, achando aquilo uma injustiça. Aí pintou a idéia de chegar no Supermercado Guanabara, entrar e sair sem pagar.

— A idéia era juntar umas 15 ou 20 pessoas, descer no Supermercado, pegar e dar esse calote. Mas conversando com os vizinhos e a família, o pessoal foi gostando da idéia. Teve até um que falou que no Rio o pessoal não é de nada e São Paulo é que é bom porque lá o pessoal tava com fome e entrava nos supermercados para pegar.

— Esse papo foi aglomerando pessoas, aglomerando pessoas, aglomerando pessoas... aí se combinou que nesse sábado mesmo a gente ia.

— Quando a gente chegou em frente ao Supermercado, já tinha um mundaréu de gente, umas 500 pessoas. O gerente viu e fechou as portas.

TO: O pessoal pegava mais o que? Tocou no dinheiro dos caixas?

— Não. Não pegou nem um centavo. Pegou mais feijão, arroz...

— Olha, eu é que me dei mal. Eu não pude ir não, mas mandei meus filhos. Não é que eles só pegaram balas e chocolates?!

— Aí o pessoal da favela achou uma boa, todo mundo gostou da idéia. Tá tudo com grana curta, né? Aí o comentário era: quem não for é bobo.

— Todo mundo queria ir. Acho que se tivesse uma igreja até o padre ia.

— O pessoal foi vendo como fazer, viu que era melhor cortar o fio do telefone da loja, usar pé de cabra para abrir e tudo mais.

TO: A polícia não interveio?

— Olha, a polícia chegou logo

depois mas só pegou um cara e liberou logo. No domingo a coisa incrementou, foi um montão de gente, para vários supermercados.

— A polícia arrepiou mesmo foi na quarta. Antes botaram um montão de federal aqui na favela para mapear o pessoal. Na quarta, a Polícia Militar cercou aqui e entrou de metralhadora, camburão, joaninha e tudo. Entravam nas casas e arrastavam as pessoas à força. Tudo andando em grupo.

— Eu mesmo só não fui preso porque me escondi dentro do armário e minha mulher falou que eu não estava.

— Olha, eu fui preso, na quarta. Até deu na Globo. Me arreentaram todo. Me levaram lá pra baixo e entrei na porrada. É num lugar perto da Praça Tiradentes. Era um edifício. Em cada sala que eu entrava, tinha um grupo que fazia perguntas e baixava o cacete.

"Teve um que chegou a urinar de tanta porrada"

TO: Mas o que é que a polícia perguntava?

— Quería saber quem tava por trás de tudo, quem tinha organizado. Me encheram de pontapés e socos, na cara, no estômago e no rim. Às vezes me batiam sozinho, às vezes com os outros. Teve um que chegou a urinar sangue de tanta porrada. Bateram até em mulher.

TO: O que vocês acharam da reação do Brizola, acusando a direita?

— Direita porra nenhuma. Eu votei foi nele! (Uma rápida pesquisa entre os entrevistados constatou que, dos 30, nada menos que 25 haviam votado no PDT dia 15 de novembro).

— Cadê a comida que ele prometeu?

— Ele aumenta os preços e depois joga a polícia em cima da gente.

— Eu não voto mais nele de jeito nenhum. Aliás, eu acho que não vou mais votar é em ninguém. Não adianta nada.

TO: Vocês tinham conhecimento do movimento dos comerciantes em Madureira?

Faz-se silêncio. Depois de alguma indecisão, um responde:

— Olha, eu li depois no jornal o Brizola dizendo que eles tinham alguma coisa a ver com as invasões. Foi a primeira vez que eu ouvi falar.

As invasões chegam a Sergipe

Os saques chegaram a Sergipe. Acoçados pela fome, os magos'nus ("magros nus", flagelados do sertão) invadiram dia 9 a cidade de Nossa Senhora da Glória e em seguida outras cidades. Palmas, mandacaru, ratos... "a gente come de tudo pra conseguir ver o sol nascer no outro dia; e também saqueamos" — desabafa um velho sertanejo em Poço Redondo.

Em Glória, a 110 quilômetros de Aracaju, a ação começou às 8 horas, quando chegou à frente de trabalho da Adução do São Francisco a notícia de que os salários, atrasados, seriam pagos na cidade. Um "cabo de turma" da frente, que prefere ficar no anonimato por temer represálias, conta o que ocorreu: "Os magos'nus chegaram primeiro a pé, depois em caminhões pau-de-arara, cada um com 200 frentistas em média. Como o dinheiro não saiu o pessoal resolveu comer de qualquer forma e aí surgiu a idéia do saque".

As 9 horas já havia cerca de 600 pessoas em frente ao supermercado quando apareceram outras 500, que já foram chegando porta adentro. Alguns encheram seus sacos, outros simplesmente desmaiaram ao ver comida. Dois deles deixaram cair as latas onde levavam sua "refeição": uma tinha dois dedos de farinha com sal; a outra, farinha com sal e um pedaço de bem-ti-vê.

A polícia desta vez não agiu com a violência de praxe: "O problema aqui é de fome e não de pancadas" — sentenciou um sargento. E o gerente do supermercado, Luciano Rodrigues, para



impedir que o saque continuasse disse aos famintos que fizessem fila que ele distribuiria alimentos. "Eu já estava há muito tempo de espírito preparado para enfrentar isso" — disse. Teve gente, porém, que ficou sem receber nada.

Muita gente, sobretudo mulheres, foi então à Prefeitura, embora o prefeito Antonio Feitosa (PDS) tivesse fugido para sua fazenda logo que soube do saque. Ali nossa reportagem ouviu depoimentos estupefacentes.

Dona Maria dos Prazeres Lima, cinco filhos, denuncia chorando que trabalha nas frentes há dois meses, sem receber: "Estou passando fome com meus filhos". Ela não estava na hora do saque, mas confessa: "se estivesse não

pensava duas vezes".

"A solução é o saque mesmo" — arremata Ana Rosa, em quem a fome secou o leite para amamentar o mais novo dos sete filhos. Dona Antonieta da Conceição, com oito filhos e o marido doente há seis meses, corta a polpa do mamão para alimentar a família. Outra senhora comenta:

"Eles deram esta migalha só para enganar a gente, porque não dá pra dois dias".

"Por força da própria fome"

Sob o impacto desta primeira



O depoimento das mulheres e a concentração diante da Prefeitura: o prefeito fugiu para a fazenda...

invasão de uma cidade sergipana, cerca de 500 magos'nus tomaram a cidade de Poço Redondo três dias depois, com um ultimato: "comida ou saque". O prefeito

depois de conversar com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Manoel Dionísio, concordou em distribuir aos famintos a comida da merenda escolar.

No dia seguinte foi a vez de Porto da Folha onde, já no dia 6, comerciantes apelavam "urgente" ao governo para que ao menos pagasse os Cr\$ 15.300,00 do salário dos frentistas: "As coisas

poderão se complicar, chegando até a acontecer coisas absurdas por parte dos trabalhadores, não porque querem, mas por força da própria fome".

O deputado estadual Nelson Araújo, presidente em exercício do PMDB, reformou a denúncia. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto da Folha alertou, em visita à sucursal da TO, que os saques iriam explodir. E o delegado sindical Jorge Pereira Lima, candidato a presidente da entidade, apontava também a corrupção: "O vereador Juarez Loureiro, PDS de Por-

to da Folha, tem dois filhos cadastrados na frente que nem se apresentam ao trabalho e recebem o dinheiro em dia".

O governo não quis saber das denúncias. Está mais ocupado em tragar banquetes de mais de Cr\$ 10 milhões, como o oferecido em junho ao governador João Alves Filho pela Prefeitura de Porto da Folha. O resultado são os saques, que segundo Jorge Lima, "se tornaram uma constante", pois "o mais importante era o início e este já foi dado, agora a própria miséria se encarrega do resto". (da sucursal)